



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

SABRINA VITÓRIA CORRÊA LOBATO

**OS SENTIDOS DA ESCOLA PARA A JUVENTUDE RIBEIRINHA DO RIO
QUIANDUBA**

ABAETETUBA-PA

2025

SABRINA VITÓRIA CORRÊA LOBATO

**OS SENTIDOS DA ESCOLA PARA A JUVENTUDE RIBEIRINHA DO RIO
QUIANDUBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em
Pedagogia

Orientador: Profa. Dra. Crisolita G. dos Santos
Costa.

ABAETETUBA-PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C824s Corrêa Lobato, Sabrina Vitória.

Sentidos da Escola para a Juventude Ribeirinha do Rio
Quianduba / Sabrina Vitória Corrêa Lobato. — 2025.

58 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Crisolita Gonçalves Costa

Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia,
Abaetetuba, 2025.

1. Escola Ribeirinha . 2. Alunos Ribeirinhos . 3. Educação
juvenil . 4. Juventude . 5. Sentidos . I. Título.

CDD 370

SABRINA VITÓRIA CORRÊA LOBATO

**OS SENTIDOS DA ESCOLA PARA A JUVENTUDE RIBEIRINHA DO RIO
QUIANDUBA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para obtenção do Grau de Licenciatura em
Pedagogia

Orientador: Prof. Dr. Crisolita G. dos Santos Costa.

Data de aprovação: ___/___/_____

Conceito:

Banca Examinadora:

Orientadora Prof. Dr Crisolita Gonçalves dos Santos Costa
(FAECS/ UFPA)

Prof. Dr. Sérgio Bandeira do Nascimento (FAECS/ UFPA)

Prof. Dr. João Paulo da Conceição Alves
(FAECS/UFPA)

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho ao meu Deus, Jesus Cristo, que, em Sua onisciência, sabia todos os meus passos, metas e sonhos, permitindo que fosse possível chegar até aqui. Cada conquista aqui registrada é resultado do Seu cuidado e fidelidade em minha vida. “Posso todas as coisas naquele que me fortalece” (Filipenses 4:13)

Aos meus pais, Aldemiro Júnior e Susana, que nunca mediram esforços para custear minha educação e sempre sonharam comigo. Nunca deixaram que nada me faltasse, ainda que, para isso, precisassem abrir mão de si mesmos. Como sempre disseram: “Eu danço de tamanco no coração deles”, e essa frase é verdadeira — porque vocês viveram comigo as lutas mais difíceis, que só nós sabemos, e agora celebrarão comigo as vitórias que todos conhecerão e contemplarão. “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá.” (Êxodo 20:12)

Aos meus avós, Marineide e Aldemiro, que são parte de mim, sempre orando e pedindo proteção divina. Eu vos amo muito!

Aos meus tios e tias (Sueli, Manoel, Jemima e Cledilson) que cederam seu lar em Abaetetuba ao abrigar-me durante o início e término do curso. Gratidão eterna, meus pais do coração.

Ao meu querido e amado namorado, Vinicius, que sempre me incentivou a continuar minha caminhada com força e determinação.

E, por fim, ao meu saudoso tio Alcindo Lobato (in memoriam), que foi um jovem ribeirinho valente e destemido, venceu o sistema educacional excludente ao se formar no ensino médio, ensino superior e galgar uma vaga como servidor público e pastor de sua localidade. Minha total admiração, inspiração e profunda saudade.

RESUMO

Este estudo investiga os sentidos da escolarização para a juventude ribeirinha, analisando como a educação escolar impacta suas vidas e comunidades. Com abordagem qualitativa, a pesquisa buscou compreender aspectos subjetivos da educação em Quianduba, adotando o tipo pesquisa de campo e utilizando grupos focais como principal instrumento de coleta de dados, ademais foi conduzida uma análise narrativa que permitiu interpretar as experiências vivenciadas pelos jovens em relação à escola. O referencial teórico inclui Abramo (1997) e Groppo (2010) para definição de juventude; Costa (2017) discute juventude e ensino médio, enquanto Santos (2011) e Weisheimer (2024) abordam políticas públicas. Ademais Freire (1996) destaca o papel da educação na transformação social e Rodrigues (2016) possibilita a discussão com os dados pesquisados na referida comunidade. A pesquisa busca ampliar a compreensão sobre os desafios do sistema educacional ribeirinho, um tema relevante para debates e reflexões sobre juventude e educação na região. Os resultados apontam que a escolarização não se limita à aquisição do conhecimento acadêmico, mas fortalece o senso de pertencimento, a participação comunitária e a transformação social. Como conclusão, observa-se que a trajetória educacional dos jovens do Rio Quianduba é marcada por lutas e resistências, tanto coletivas quanto individuais. A entrevista com a professora Marineide, ex-diretora da rede municipal, destaca a construção da educação local baseada na mobilização comunitária e na valorização da escola como espaço de transformação.

Palavras-chave: Educação ribeirinha; Juventude; Sentidos da Escola.

ABSTRACT

This study investigates the meanings of schooling for riverine youth, analyzing how formal education impacts their lives and communities. Using a qualitative approach, the research aimed to understand the subjective aspects of education in Quianduba, adopting field research and employing focus groups as the primary data collection method. Additionally, a narrative analysis was conducted to interpret the experiences of young people in relation to school. The theoretical framework includes Abramo (1997) and Groppo (2010) for the definition of youth; Costa (2017) discusses youth and secondary education, while Santos (2011) and Weisheimer (2024) address public policies. Furthermore, Freire (1996) emphasizes the role of education in social transformation, and Rodrigues (2016) enables dialogue with the data collected in the aforementioned community. The research seeks to broaden the understanding of the challenges faced by the riverine educational system, a topic of relevance for debates and reflections on youth and education in the region. The findings indicate that schooling goes beyond the acquisition of academic knowledge, strengthening the sense of belonging, community participation, and social transformation. In conclusion, the educational journey of the youth from the Quianduba River is marked by both collective and individual struggles and resistance. The interview with Professor Marineide, former director of the municipal school network, highlights the construction of local education based on community mobilization and the recognition of the school as a space for transformation.

Keywords: Riverine Education; Youth; Meanings of Schooling

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Mapa de Abaetetuba, 2021.....	33
Figura 2: Mapa das ilhas de Abaetetuba, 2007.....	34
Figura 3: Rio Quianduba e vizinhança.....	35
Figura 4: Casa ribeirinha em Rio Quianduba, 2008.....	35
Figura 5: Formatura da professora Marineide, 2008.....	37
Figura 6: Professora Marineide na atualidade, 2025.....	37
Figura 7: Vista área da Primeira Igreja Cristã Evangélica do Rio Quianduba, 2024.....	39
Figura 8: Comunidade Católica do Perpetuo Socorro, 2024.....	40
Figura 9 e 10: Crianças ribeirinhas em momento de brincadeira, 2023.....	40
Figura 11: Jovens participantes do grupo focal, 2024.....	41
Figura 12 e 13: registros da escola Anexo Basilio de Carvalho II, 2024.....	46

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	O ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	13
3.	JUVENTUDES: ENTRE O CONCEITO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	16
3.1	Definição de Juventude: análise histórica e contemporânea do conceito.....	16
3.2	Juventude urbana e rural.....	18
3.3	Juventude e Identidade: influências culturais na formação da identidade juvenil.....	20
3.4	As Políticas Públicas e a vida dos jovens ribeirinhos.....	23
3.5	Desafios da Juventude Ribeirinha.....	26
4	EDUCAÇÃO E JUVENTUDE RIBEIRINHA.....	28
4.1	Papel da educação na vida dos jovens.....	28
5.	SENTIDOS DA ESCOLA PARA OS JOVENS ESTUDANTES DA COMUNIDADE QUIANDUBA.....	32
5.1	A comunidade de Rio Quianduba: contexto histórico, cultural e social.....	32
5.2	O papel da educação escolar no Rio Quianduba: a visão e perspectiva de juventude local.....	41
6.	CONCLUSÃO.....	48
	REFERENCIAS.....	50
	ANEXOS.....	57

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito social assegurado pela Constituição Brasileira de 1988 a todos os povos que vivem no estado brasileiro, entre estes os povos ribeirinhos, para os quais a educação deve ser também uma ferramenta de formação integral, especialmente para sua juventude residente em meios as águas, imersas em vivências ligadas aos rios e à natureza que os rodeia.

A educação para os jovens ribeirinhos é um processo marcado por dificuldades uma vez que “os estudantes ribeirinhos do ensino médio almejam prosperar nos estudos, mas diante da realidade e falta de oportunidade muitos desistem” (Gemaque, Lima, 2023, p.07). Sobre a educação ribeirinha é importante ressaltar que “para a população local, sobretudo os jovens e crianças, a escola ribeirinha é a esperança para construírem outras possíveis vidas na floresta” (Costa; 2021, p.395).

Iremos destacar que a perspectiva do sentido adotada nesta pesquisa refere-se ao: “caráter pessoal dado aos significados, sua composição envolve tanto os processos cognitivos, quanto os afetivos [...] algo inesgotável e que se baseia na compreensão de mundo e no conjunto da estrutura interior do indivíduo” (Leite *et all*; 2025, p.341).

Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar os sentidos da escola para essa juventude, procurando entender de que maneira a educação escolar impacta suas vidas e suas comunidades. Já os objetivos específicos incluem: analisar as percepções da juventude ribeirinha sobre o papel da educação em suas vidas e no desenvolvimento de suas comunidades, identificar as influências culturais e sociais que moldam suas expectativas em relação à escola, Examinar o impacto da educação para a juventude ribeirinha.

Esses objetivos foram definidos à medida em que estão diretamente ligadas as problemáticas da educação para jovens ribeirinhos do campo, cuja oferta ainda esbarra em “uma situação ainda precária em relação à permanência e à aprendizagem dos estudantes nas escolas do campo” (Hage; Cruz, 2017 p.178). Nesse sentido, o problema central do estudo é compreender quais são os sentidos atribuídos à educação escolar pela juventude ribeirinha do Rio Quianduba, e como essa educação influencia suas vidas?

Ademais, a relevância deste estudo é justificada pelo fato de que no plano social a mesma poderá contribuir para um melhor entendimento das necessidades educacionais dos jovens ribeirinhos, seus desafios e perspectivas. Convém ressaltar que, esta pesquisa abrange e se debruça sobre uma parcela específica do território do Rio Quianduba, no município de Abaetetuba, Pará. Esse lócus foi selecionado devido a autora possuir um vínculo pessoal com o espaço e com o tema, devido à sua vivência educacional na instituição em sua educação

básica. Ademais, a investigação dessa realidade específica produz também generalizações a medida em que seus resultados refletem a perspectiva de comunidades com vivências semelhantes.

Ainda no plano social, esta pesquisa busca ser um meio de subsidiar o acesso à educação para os povos ribeirinhos através da construção de conhecimentos sobre o tema, uma vez que como estudante da Universidade Federal do Pará, percebeu-se que esta Instituição de Ensino Superior (IES), recebe anualmente calouros oriundos da localidade pesquisada, isto é do Rio Quianduba. Esta pesquisa traz como uma de suas perspectivas a promoção de um melhor entendimento das dificuldades do sistema educacional ribeirinho, o que é motivo de debates e discussões, principalmente no que se relaciona a juventude ribeirinha que consideramos um campo de pesquisa aberto e com grandes possibilidades de reflexões.

Nesse viés, este estudo busca, portanto, contribuir para a conscientização da sociedade sobre a necessidade de debate acerca das desigualdades educacionais enfrentadas pelos jovens ribeirinhos, e como esse processo afeta seu desempenho e sentido atribuído à educação. Devido a especificidade da realidade pesquisada e dos objetivos propostos, a metodologia adotada para este estudo envolve a realização de grupos focais com jovens da Escola Anexo Basílio de Carvalho e uma entrevista com a antiga gestora da instituição Marineide Ribeiro, que é uma importante figura educacional para a comunidade. Através destas busca-se uma compreensão aprofundada das percepções e experiências dos jovens em relação à educação escolar e também analisar, ainda que brevemente, o processo de histórico da instituição.

A pesquisa realizada adotou a abordagem qualitativa para entender aspectos mais subjetivos, como comportamentos, ideias, pontos de vista, entre outros, que estão diretamente relacionados aos sujeitos envolvidos e/ou observados. Segundo Minayo (2001, p. 6), a pesquisa qualitativa trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

A etapa seguinte foi a realização da pesquisa campo, que cumpriu um papel fundamental para o desenvolvimento do projeto, pois caracteriza-se pela investigação em que, além da pesquisa bibliográfica e documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas por meio de diferentes tipos de pesquisa (ex post facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (Fonseca, 2002). Ir a campo proporciona inúmeras vantagens para o cumprimento dos objetivos da pesquisa, permitindo compreender, observar e interagir com o público-alvo em seu ambiente.

A pesquisa de campo foi selecionada pois ela não apenas coleta dados, mas também é uma metodologia que permite a aproximação do pesquisador e a realidade dos jovens,

permitindo compreender como eles atribuem sentido à escola e a educação nesse ambiente. Assim, a interação direta possibilita captar percepções subjetivas, como sentimentos de segurança, autonomia e aprendizado, que dificilmente seriam identificados apenas por meio de pesquisa bibliográfica ou documental.

Como instrumento de coleta selecionado para esta pesquisa foi feito o uso do grupo focal, que ocorreram situados entre observação de campo e entrevistas individuais, assim os grupos focais têm sido descritos como ferramentas para “bisbilhotar estruturado” (Barbour, 2009, p. 2), pois estão situados no continuum entre estrutura e espontaneidade. Segundo Barbour (2009, p. 15) o grupo focal é “a capacidade de injetar alguma estrutura dá aos grupos focais uma vantagem, permitindo elucidar vários insights por meio da interação com os participantes no momento em que os dados são gerados”. Esse instrumento de coleta de dados alinha-se ao objeto de pesquisa, pois viabiliza o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas, procurando descobrir atitudes, pontos de vista e subjetividades dos indivíduos, com ênfase no contexto educacional na localidade ribeirinha em Quianduba.

Após a organização das informações obtidas, realizou-se a análise dos dados com base no método de coleta listado anteriormente. O método de análise dos dados foi a análise narrativa. Esta abordagem qualitativa se concentra na compreensão e interpretação das narrativas e dados obtidos. Na visão de Bolívar (2002, p.7) entende a análise narrativa como “a qualidade estruturada da experiência percebida e relatada, captando a riqueza e os detalhes dos significados nos assuntos humanos, com base nas evidências do mundo da vida”. Através das análises reconstrói-se a experiência refletindo sobre o vivido e dando significado ao sucedido. Então, a pesquisa de campo será conduzida com jovens egressos e estudantes matriculados na Escola Anexo Basilio de Carvalho, localizada em Rio Quianduba, e os sujeitos possuem entre 15 e 24 anos e são de ambos os sexos.

Esta pesquisa organiza-se de forma sequencial, buscando trazer maior entendimento sobre o tema, nesse viés inicialmente apresenta-se a introdução, contextualizando o tema e os objetivos do estudo e a metodologia utilizada. Em seguida, aborda-se as seções de referencial teórico que discutem o ensino médio no Brasil, juventudes, educação e juventude ribeirinha. Em seguida temos os resultados e discussões que apontam para as análises acerca dos sentidos da escola para os estudantes da comunidade Quianduba, examinando o contexto sociocultural e a influência da educação escolar na trajetória juvenil. Por fim, apresenta-se a conclusão, sintetizando os achados da pesquisa e reforçando a relevância do tema.

2. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Considerando que os jovens entrevistados são oriundos ou estão matriculados no ensino médio, esta seção busca apresentar o percurso histórico do ensino médio no Brasil que passou por diversas transformações ao longo dos séculos, refletindo mudanças sociais, políticas e econômicas. Nesse viés, segundo Alves, Silva e Jucá (2022) educação formal no Brasil tem como marco histórico a chegada dos jesuítas em 1549, que estabeleceram escolas voltadas para a catequização dos indígenas e a formação da elite colonial.

Nesse período, a oferta educacional era restrita e voltado principalmente para os filhos de famílias ricas, sendo ministrado em colégios religiosos, não havia uma estrutura educacional pública e a educação era privilégio de poucos. O cenário evoluiu com a implementação das aulas régias, onde o ensino era ministrado por preceptores e se distanciava do modelo de ensino religioso, entretanto, a oferta ainda exclui os pobres, escravizados e seus descendentes, indígenas e até mesmo parte das mulheres (Santos, 2011).

Com a independência do Brasil em 1822, vislumbrou-se uma tentativa de estruturar um sistema educacional mais amplo e assim no de 1837, foi criado o Colégio Pedro II, considerado na época um grande avanço à medida em que era um modelo de ensino secundário e referência para outras instituições. O ensino secundário, que atualmente corresponde ao que classificamos com ensino médio, era voltado para a formação das elites intelectuais e políticas, sem preocupação com a inclusão social ou a formação profissional (Alves; Silva; Jucá, 2022)

Na visão de Santos (2011) novas mudanças substanciais podem ser vistas apenas século XIX, com a Proclamação da República, o que trouxe mudanças na educação, impulsionadas pelo pensamento positivista. Nessa época, Benjamin Constant, um dos principais reformadores, enfatizava a importância de adoção de disciplinas científicas e afastamento do currículo da influência religiosa. Essa reforma contribuiu para modernizar o ensino secundário, tornando-o mais técnico e voltado para o desenvolvimento do país.

Ainda no contexto do início do século XX, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o ensino secundário passou por novas e importantes reformas. Sob este governo, em 1942, foram criadas as escolas técnicas, buscando atender às demandas do mercado de trabalho e ampliar o acesso à educação (Dallabrida, 2009). Essa mudança representou um avanço na democratização do ensino, a medida em que, embora voltada para a formação técnica, permitiu que jovens de diferentes classes sociais tivessem acesso à formação profissional (Dallabrida, 2009).

Com o fim do governo Vargas, acrescidos dos desafios da redemocratização após o fim do Estado Novo (1937-1945) os anseios de parte do país estavam relacionados a necessidade

de consolidar um sistema educacional mais estruturado e acessível. Nessa época é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1961 (Alves; Silva; Jucá, 2022). Assim a primeira LDB estabeleceu diretrizes para o ensino secundário, garantindo maior autonomia às escolas e ampliando a oferta de cursos técnicos e científicos. Essa lei foi um marco na organização do sistema educacional brasileiro, pois buscava equilibrar a formação acadêmica e profissional (Santos, 2011).

Segundo Dallabrida (2009), entre 1964 e 1985, o ensino secundário passou a ser chamado de segundo grau com a Lei nº 5.692 de 1971, sancionada durante o regime militar. Nesta época de repressão e censura aos direitos ocorrem mudanças na educação, na qual se priorizavam a formação técnica e profissionalizante, o que refletia os anseios dos militares que estavam no poder na tentativa de “organizar” o Brasil. Com a reforma de 1971 não apenas mudou a nomenclatura, mas tornou o segundo grau obrigatório e enfatizou disciplinas voltadas para o mercado de trabalho (Alves; Silva; Jucá, 2022)

É somente com a redemocratização do Brasil que temos a real garantia da educação pública, gratuita, de qualidade e acessível para todos, onde o grande marco desta época é a Constituição de 1988, que foi fruto de lutas e anseios por direitos, e é a Carta Magna que garante o direito à educação para todos, estabelecendo o ensino médio como etapa fundamental da formação dos cidadãos. Esse período marcou um avanço na universalização do ensino, com políticas voltadas para a inclusão social e a ampliação da rede pública de ensino (Alves; Silva; Jucá, 2022).

Os estudos de Santos (2011) apontam que além da Constituição, temos também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 que trouxe mudanças significativas, flexibilizando o currículo do ensino médio e permitindo maior integração entre ensino regular e técnico. Observa-se que a LDB aponta ainda para a necessidade de tornar o ensino médio mais dinâmico e adaptado às necessidades dos estudantes, trazendo a ideia de que era necessário permitir que eles escolhessem trajetórias educacionais mais alinhadas com seus interesses e aspirações profissionais.

Ademais as pesquisas de Alves, Silva e Jucá (2022) reforçam ainda que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado em 1998, tornou-se um dos principais mecanismos de avaliação do ensino médio e de acesso ao ensino superior, influenciando diretamente o currículo das escolas. Com o tempo, o ENEM passou a ser utilizado como principal forma de ingresso nas universidades públicas, o que levou muitas escolas a adaptarem seus currículos no ensino médio com o objetivo de que os estudantes realizassem o ingresso no ensino superior.

Recentemente ocorreram movimentos que culminaram na reforma do ensino médio, sancionada em 2017, a qual trazia como retórica a necessidade de haverem mudanças estruturais, como a flexibilização do currículo e a implementação de itinerários formativos, permitindo que os alunos escolhessem as áreas de conhecimento conforme seus interesses. Essa reforma tinha como premissa tornar o ensino médio mais atrativo e conectado com as necessidades do século XXI, preparando os jovens para o mercado de trabalho e para a vida acadêmica. Entretanto esta ideia entra em contradições e torna-se uma falácia visto que “[...] a nova proposta de ensino médio em nada avança na melhoria da estrutura social à medida que se tem um “novo ensino médio” implantado numa estrutura já segmentada socialmente, por meio da desigualdade social e no oferecimento de uma educação desigual e dual” (Costa; 2017; p.169).

Assim a implementação do Novo Ensino Médio gerou debates sobre sua eficácia, especialmente em relação à infraestrutura das escolas e à formação dos professores para atender às novas demandas curriculares. Este processo de reforma corrobora para que haja um reforçamento da dualidade deste ensino, pois forçados pelas condicionalidades da vida grande parte dos educandos podem vir a optar pela formação técnica (Pinheiro; Evangelista; Moradillo, 2020). Essa opção pela formação técnica, para muitos jovens, pode gerar a perda da qualidade educacional e uma formação voltada para o mercado de trabalho, pois muitas vezes esta acontece de forma acelerada e com vistas a uma inserção rápida no mercado de trabalho.

Esse cenário traz impactos à formação e é refletido principalmente nos currículos, ou nas chamadas novas demandas curriculares. É importante problematizar a palavra demanda, a qual traz a falsa impressão de que pode estar ligada ao interesse coletivo. Entretanto, neste processo de reforma as novas demandas curriculares buscaram flexibilizar o currículo a partir da proposta da escolha de itinerários formativos (Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica), que em tese foi elaborado com base na “demanda” do jovem por um ensino que melhor atenda seus “interesses.

Entretanto o que temos é uma fragmentação curricular que não contribui para o processo de formação emancipatória de sujeitos, “capazes de entender, ampla e criticamente, tanto a sociedade em que vivem quanto a forma pela qual se estrutura o trabalho que realizam” (Ferretti, 2018, p. 35). Com os protestos diante da reforma e ainda considerando que a mesma apresenta aspectos que inviabilizam que esta reforma efetivamente gera uma educação de qualidade, recentemente ocorreu o processo de revogação parcial do Novo Ensino Médio.

Essa revogação parcial vem ocorrendo por meio da Política Nacional de Ensino Médio, que foi instituída na quarta-feira, 31 de julho, por meio da Lei nº 14.945/2024. Essa normativa

reestrutura o ensino médio, altera a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/17, que dispôs sobre a reforma do ensino médio (Brasil; 2024).

As principais mudanças da normativa de 2024 consistiram em ampliar a carga horária da formação geral básica para 2.400 horas; a obrigatoriedade de todas as disciplinas previstas na BNCC; redefinição dos itinerários formativos com exigência mínima de dois por escola e regulamentação mais rígida; limitação da carga horária dos itinerários a 600 horas, com exceção da educação profissional (Brasil; 2024)

É interessante mencionar que as mudanças que ainda estão em curso geram impactos a educação do jovem e ainda refletem sobre o sentido que o jovem atribui a escola (Costa; 2017) e observamos que a trajetória dessa etapa de ensino revela desafios e avanços na busca por uma educação mais inclusiva e eficiente. Nesse cenário é essencial analisar que maiores estudos e pesquisas sobre esse tema são relevantes, considerando ainda o universo de juventudes, que este agrega.

3. JUVENTUDES: ENTRE O CONCEITO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Este capítulo abordará cinco subseções de discussão, refletindo acerca da definição de juventude, explorando sua construção histórica e as transformações do conceito ao longo do tempo. Ademais analisa-se as diferenças, desafios e perspectivas no concernente a juventude urbana e rural, evidenciando as diferenças nas oportunidades, desafios e formas de sociabilidade entre esses grupos. Discute-se ainda sobre a juventude ribeirinha, destacando os desafios enfrentados por esses jovens e o impacto das políticas públicas em suas vidas.

3.1 Definição de Juventude: análise histórica e contemporânea do conceito

No plano histórico, a juventude era vista como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, marcada por ritos de passagem e responsabilidades crescentes (Dayrell, 2003). Entretanto como exemplo da mudança de concepção de acordo com a história verificamos que, no mundo grego antigo, por exemplo, os jovens eram preparados para a vida pública e militar, enquanto na Idade Média, a juventude era um período curto, com os jovens assumindo responsabilidades adultas rapidamente (Aries, 1962).

Já na contemporaneidade, o conceito se expandiu para incluir aspectos sociais, culturais e econômicos que influenciam a experiência juvenil, refletindo as transformações na sociedade moderna e nesse sentido na atualidade o conceito de juventude é plural à medida em que existem diversos grupos de jovens (Trancoso; Oliveira, 2016). Na visão de Dayrell (2003), o conceito

de juventude não é uma construção natural, mas sim uma construção social e histórica. Essa perspectiva destaca a importância de considerar as transformações sociais e culturais que moldam a juventude em diferentes contextos históricos.

No século XXI, a Organização das Nações Unidas (1985) define juventude como a fase da vida entre a dependência e a independência, geralmente entre 15 e 24 anos. No entanto, essa definição sofre ainda variabilidade conforme a cultura e as políticas públicas de cada país e no caso no Brasil, essa faixa etária pode ser ampliada para incluir jovens de até 29 anos, considerando as especificidades socioeconômicas e culturais (Brasil, 2010).

Esse conceito, ora ampliado, ora esquecido como na época medieval é um momento de transição de formação da identidade, segundo os estudos recentes, no qual os jovens desenvolvem suas personalidades, interesses e objetivos de vida (Bodart, 2021). Esse processo é que na visão do psicólogo do desenvolvimento Erik Erikson (1968) é uma etapa influenciada por fatores biológicos, sociais e culturais, marcada por mudanças físicas e emocionais intensas, influenciadas pelas relações familiares, escolares e comunitárias.

Conforme destacada anteriormente, a pluralidade, a subjetividade humana e as diferenças culturais e sociais produzem categorias plurais e nesses cenários os estudos de Dayrell (2003) argumentam que se deve tratar a juventude como “juventudes” no plural, reconhecendo a diversidade de experiências juvenis. É importante salientar que esta abordagem abre precedentes para que não apenas se amplie a construção do conceito, mas sim a compreensão desta definição, considerando as diferentes dimensões sociais e políticas que afetam os jovens. A diversidade étnica, de gênero, de classe social e territorial são fatores que contribuem para a multiplicidade de experiências juvenis (Abramo, 1997).

Assim a perspectiva histórica da juventude revela que, em diferentes épocas, os jovens foram vistos como agentes de mudança social, como os movimentos estudantis de 1968 em vários países, que lutaram por direitos civis contra regimes autoritários e políticas repressivas em diversos países (Groppo, 2010). Entretanto na contemporaneidade, a juventude enfrenta desafios como a globalização, a precarização do trabalho e a crise ambiental e além disso, a pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios, como o impacto na educação, no emprego e na saúde mental dos jovens (Unesco, 2020).

Nesse interim, a juventude é uma etapa marcada por contradições, onde ora busca-se autonomia e ora o jovem encontra-se na dependência das estruturas sociais e familiares (Groppo, 2010). Tais tensões refletem a complexidade da experiência juvenil, onde no Brasil atual grande parte dos jovens ainda dependem financeiramente dos pais, enquanto buscam afirmar sua independência e identidade própria (Neri, 2013).

Ancoramo-nos na perspectiva de Groppo (2010) que define que o conceito de juventude é entendido como uma categoria social, indo além da faixa etária e que será vista como uma construção social e histórica, influenciada por fatores econômicos, culturais e políticos.

Sob tal perspectiva, a análise contemporânea do conceito de juventude destaca a importância das políticas públicas voltadas para os jovens, que devem considerar suas necessidades específicas e promover sua inclusão social (Sposito; Carrano, 2003). Essas políticas incluem programas de educação, saúde, cultura e trabalho são essenciais para garantir o desenvolvimento integral dos jovens e sua participação ativa na sociedade.

3.2 Juventude urbana e rural

Há diversos grupos juvenis com características próprias e particularidades, como é o caso da juventude urbana e da juventude rural, as quais apresentam grandes diferenças no concernente ao acesso a recursos, oportunidades e experiências culturais. Os estudos de Pereira e Castro (2021) apontam que os jovens urbanos de forma geral têm maior acesso à educação, saúde e tecnologia, ao contrário dos jovens oriundos dos meios rurais, que enfrentam desafios relacionados à infraestrutura e ao isolamento geográfico.

Além da localização, há ainda o fator da inserção e migração juvenil, e assim, na visão de Dos Santos (2020), a juventude rural no Brasil é marcada por uma trajetória de migração para as áreas urbanas em busca de melhores oportunidades de trabalho e educação. Tal fenômeno tem implicações para a sucessão rural e o desenvolvimento das comunidades rurais. Sobre a sucessão familiar rural, segundo “a sucessão familiar no meio rural pode ser definida como a forma que os proprietários da propriedade usam para transferir a atividade a seus descendentes em que os mesmos continuem a desenvolvê-la” (Rocha; 2017; p.19)

Esse processo tem contribuído para o envelhecimento das populações rurais e a perda de conhecimento tradicional, impactando a sustentabilidade das atividades agrícolas. Uma das motivações apontadas é a falta de oportunidades para esses jovens do campo, onde grande parte não tem acesso à educação de qualidade. Pontua-se ainda que, a educação ribeirinha de qualidade da educação envolve a “qualidade social, implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social” (Dourado; Oliveira; 2009; p.211)

Essas diferenças e perspectivas citadas refletem na oferta, funcionamento e na concepção de educação no meio rural, uma vez que esta enfrenta desafios específicos, como a falta de infraestrutura adequada e a dificuldade de atrair professores qualificados (Pereira; Castro, 2021). Assim, diante desse cenário, os estudos de Caldart (2004) ressaltam que esses

fatores, isto é, a falta de infraestrutura escolar adequada, a escassez de professores qualificados, a dificuldade de acesso às escolas devido à distância geográfica, e a menor oferta de modalidades de ensino técnico e superior no campo, contribuem para a desigualdade educacional entre jovens urbanos e rurais e que ações que promovam a educação no campo devem ser tomadas para buscar superar esses desafios e promover a inclusão educativa dos jovens do meio rural.

A relação com o trabalho é outro ponto de análise que ilustra a diferença entre a juventude urbana e rural. Nesse cenário, os estudos de Dos Santos (2020) apontam que os jovens rurais, em grande parte das comunidades, começam a trabalhar mais cedo, auxiliando nas atividades agrícolas e familiares, por suas condicionalidades de vida do campo são “obrigados” a trabalharem mais cedo “principalmente, da necessidade de os jovens entrarem no mercado de trabalho a fim de colaborar com o orçamento familiar por meio do rendimento auferido” (Salata; 2019, p.8), enquanto os jovens urbanos tendem a ingressar no mercado de trabalho mais tarde,

Além disso há diferenças nas oportunidades de trabalho, onde para os jovens urbanos há uma maior diversidade de setores, entretanto para os jovens rurais a prevalência de atividades na agricultura e na pecuária (Buainain; Garcia, 2017). Diante do exposto verifica-se que a identidade e a cultura dos jovens rurais são influenciadas por suas origens e práticas de lazer, que frequentemente envolvem atividades ao ar livre e a valorização da natureza (Ferreira; Barcelos, 2021).

Em contraste, boa parte dos jovens urbanos de grandes cidades, têm acesso a uma variedade de opções de entretenimento e consumo cultural, no entanto, isso nem sempre se revela em cidades como a nossa do contexto amazônico, que segundo Costa (2017, p.193): em sua maioria não possuem:

projetos de desenvolvimento culturais e científicos que abarque o conjunto de jovens que ali residem. Não possui teatro, não possui cinema, não possui centros de promoção de cultura e lazer, não possui grupos folclóricos organizados, não possui centro de formação técnica.

Nesse contexto, a internet e as mídias sociais assumem um papel relevante, permitindo que esses jovens, apesar das restrições locais, se conectem a tendências globais e ampliem sua visão de mundo. Assim cabe destacar que as mídias sociais e a internet desempenham um papel importante na construção da identidade juvenil urbana, conectando os jovens a tendências globais (Boyd, 2014). Assim, entre o próprio meio urbano, há também diferenças entre as

idades, como o caso das diferenças entre regiões e cidades como Belém, que possui maior ligação com o ambiente amazônico rural e ribeirinho e cidades como São Paulo, marcadas pela primazia de espaços majoritariamente urbanos e polos industriais.

A literatura tem apontado que a juventude rural tende a necessitar conciliar a modernidade com as tradições locais e muitos adotam elementos da cultura urbana, como a moda e a música, enquanto mantêm práticas tradicionais (Ferreira; Barcelos, 2021). Essa interação entre as culturas urbana e rural foram identidades juvenis híbridas, que combinam elementos de ambos os contextos (Canclini, 1995).

Outro fator que diferencia a juventude urbana da rural é a participação política e social dos jovens, onde no âmbito rural frequentemente a participação política tende a ser limitada, por fatores como a falta de acesso à informação e às redes de apoio. Em contraste, os jovens urbanos têm mais oportunidades de se envolver em movimentos sociais e políticos (Dos Santos, 2020).

Nesse primeiro ponto é interessante ressaltar que as diferenças entre as juventudes urbana e rural, mapeadas nessa seção refletem as desigualdades estruturais e as diversas realidades vividas pelos jovens em diferentes contextos. As quais podem influenciar em aspectos como formação identitárias e nos sentidos que os jovens imprimem a educação, sendo que este último é o foco desta pesquisa e a identidade será abordada no tópico abaixo.

3.3 Juventude e Identidade: influências culturais na formação da identidade juvenil

Conforme destacado anteriormente as influências culturais e as diferentes vivências desempenham um papel fundamental na formação da identidade juvenil. Na atualidade os jovens são constantemente expostos a uma variedade de influências culturais, incluindo a mídia, a família, a escola e os grupos de pares (Hall, 1997).

Tais influências podem moldar crenças, valores e comportamentos dos jovens, contribuindo para a construção de suas identidades (Costa, 2004). O meio em que estão inseridos, bem como as relações sociais que estabelecem e as oportunidades que lhes são oferecidas desempenham um papel fundamental nesse processo. Nesse viés a identidade juvenil não é um elemento fixo, mas um fenômeno dinâmico, constantemente influenciado por fatores externos e internos.

Destaca-se que o processo de globalização tem intensificado o intercâmbio cultural, expondo os jovens a uma diversidade de culturas e estilos de vida (Giddens, 1991). Esse constante movimento de globalização pode levar à hibridização cultural, na qual elementos de diferentes culturas são combinados para criar novas formas de identidade (Canclini, 1995).

Um dos exemplos desse processo de globalização são o uso crescente da mídia e das redes sociais, que são ferramentas de forte influência cultural, desempenhando um papel significativo na formação da identidade juvenil, proporcionando modelos de comportamento e padrões de consumo (Castells, 2009).

Nesse cenário, as mídias sociais permitem que os jovens se conectem com pessoas de todo o mundo, compartilhando experiências e influências culturais e simultaneamente possuam acesso a música, a moda e o cinema, que são formas de expressão cultural que impactam profundamente a identidade dos jovens, que podem fornecer aos jovens meios de se expressar e se identificar com grupos específicos (Hall, 1997).

Outro aspecto que impulsiona a formação da identidade juvenil é a influência da família e da comunidade, que desempenham papéis fundamentais na construção cultural dos jovens. Nesse cenário, de um lado, há os valores e tradições transmitidos pela família, que não apenas orientam comportamentos, mas também moldam percepções sobre o mundo e as relações sociais. As vivências familiares, como rituais, hábitos cotidianos e histórias compartilhadas, criam uma base emocional e simbólica que fortalece a identidade individual e coletiva (Abreu, 2014).

Por outro lado, a comunidade exerce sua influência por meio de práticas e celebrações culturais, oferecendo aos jovens um espaço de interação e aprendizado que amplia suas referências e reforça o senso de pertencimento (Abreu, 2014). A convivência com diferentes grupos sociais, a participação em eventos comunitários e o contato com tradições locais contribuem para a construção de uma identidade dinâmica, que se transforma a partir das experiências vividas tanto no núcleo familiar quanto no ambiente coletivo.

Já a escola é outro ambiente onde as influências culturais são compartilhadas. Neste ambiente, através do currículo, das atividades extracurriculares e das interações sociais, os jovens são expostos a diversas perspectivas culturais, que podem ser emancipatórias ou ainda formas de reprodução social (Dubet, 2002). Além de transmitir conhecimento acadêmico, a escola funciona como um espaço de socialização, onde os estudantes entram em contato com diferentes valores, ideologias e modos de pensar.

As relações entre professores, colegas e demais membros da comunidade escolar contribuem para a construção de referências culturais, influenciando a forma como os jovens percebem o mundo e se posicionam diante dele (Dubet, 2002). Nesse viés a escola não apenas reproduz conhecimentos, mas também pode ser um espaço de transformação e construção de novas identidades.

No ambiente comunitário, na escola, meio social e em outros espaços a juventude tem a oportunidade de conviver com grupos de pares, e essa interação têm um impacto significativo na formação da identidade juvenil. Além do grupo relacional que é construído no dia a dia, há ainda as amizades que as redes sociais proporcionam e a pressão dos pares pode tanto reforçar quanto desafiar as normas culturais (Brown, 2004). E é nesse encontro com o outro, nas vivências culturais e sociais que se formam as subculturas juvenis, como os movimentos punk, hip-hop e gótico, que oferecem às jovens alternativas às culturas dominantes, permitindo-lhes explorar identidades alternativas (Hebdige, 1979)

Outro fato que também influencia na construção da identidade juvenil é a religião, e a espiritualidade, onde crenças religiosas e as práticas espirituais podem fornecer um sentido de propósito e orientação na vida dos jovens (Rei; Roeser, 2009). Verifica-se que a participação de jovens em comunidades religiosas pode reforçar a identidade cultural e os valores tradicionais dos locais onde se encontram e/ou vivem.

A participação em comunidades religiosas pode gerar o reforço à identidade cultural e os valores tradicionais, agindo como promotora de um sentimento de pertencimento e continuidade histórica. Além disso, a vivência religiosa muitas vezes estabelece normas de comportamento, princípios éticos e formas de interação social que impactam diretamente a maneira como os jovens se posicionam na sociedade (Rei; Roeser, 2009).

Por outro lado, a espiritualidade se processa no plano mais individualizado, permitindo que os jovens construam suas próprias interpretações sobre fé e transcendência, o que pode gerar tanto um fortalecimento da identidade quanto um espaço para questionamentos e transformações, visto que a religião e a espiritualidade atuam como elementos dinâmicos na formação identitária, podendo tanto consolidar valores herdados quanto abrir caminhos para novas perspectivas e ressignificações (Rei; Roeser, 2009).

Pontua-se que diante da relevância da vivência cultural, relações comunitárias, familiares e interações sociais pode-se compreender que “a cultura de um povo deve ser compreendida de acordo com a realidade à qual pertence, ou seja, compreendida como algo que pode ser descrito de forma concreta” (Batista, 2011; p.5). Nesse contexto, a cultura ribeirinha é uma dessas manifestações que se moldam conforme as condições sociais e culturais em que estão inseridas

Nesse viés, ao tratarmos o ribeirinho temos a compreensão que refere-se a um grupo que “são identificados como um tipo de população tradicional, orientada por valores que regem um modelo de comportamento comunitário dos recursos naturais” (Batista, 2011; p.3). Sob tal perspectiva esta identidade é construída a partir da relação direta com o meio ambiente, onde

os modos de vida são profundamente influenciados pelos ciclos da natureza, pelas práticas de subsistência e pelo conhecimento tradicional transmitido entre gerações.

Essa dinâmica tem sido constantemente desafiada pelas transformações impostas pelo avanço do capital, que altera modos de vida tradicionais e impõe novas formas de exploração dos territórios, das culturas e das produções tradicionais. Diante desse cenário, os ribeirinhos buscam estratégias, uma vez que:

Na Amazônia os ribeirinhos tentam preservar sua cultura de uso, apesar da desestruturação provocada pelo capital, como ocorreu e ocorre em várias regiões brasileira. Para isto encontra no potencial, capacidade mobilizadora de seus moradores e sob o apelo dos vínculos familiares habilidade para ressignificar a exploração dos recursos naturais e preservar sua cultura partícula de vida (Batista, 2011; p.3).

Em síntese, nesta seção observamos que as influências culturais na formação da identidade juvenil são diversas e interconectadas. Nesse cenário, fatores como: globalização, a mídia, a família, a escola, os pares, as subculturas e a religião desempenham papéis importantes na construção da identidade dos jovens (Hall, 1997). Assim ao analisar a categoria juventude é necessário levar em consideração a necessidade de compreensão dessas influências, especialmente no caso do jovem ribeirinho, que está imerso em um contexto social e cultural específico demandando diretamente que seus discursos sejam evidenciados como forma de compreensão do local onde vivem e dos ambientes onde sua identidade é construída.

3.4 As Políticas Públicas e a vida dos jovens ribeirinhos

As políticas públicas desempenham um papel importante na vida dos jovens ribeirinhos, influenciando e trazendo implicações diretas como oportunidades e melhorias na qualidade de vida. Segundo Silva et al (2024), a implementação de políticas direcionadas à educação, saúde e infraestrutura é vital para promover a inclusão social desses jovens e reduzir as desigualdades regionais.

Sobre essas políticas, no âmbito educacional, para escolas ribeirinhas temos como exemplo, o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO) que “consiste em um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política de educação do campo, conforme disposto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010” (Brasil, 2010, p.28). Ressalta-se ainda que essa política no âmbito da educação no campo “destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito

Federal e os Municípios” (Brasil, 2010, p. 1). Cabe destacar que mesma continua em vigor, porém sofreu alterações pela Portaria nº 238, de 23 de abril de 2021, que trouxe mudanças ao Pronacampo, reforçando a distribuição de materiais didáticos específicos para escolas do campo e quilombolas, além de ampliar a formação inicial de professores em Licenciatura em Educação do Campo.

Na visão de Crepalde et all (2019), políticas no âmbito da educação campesina são essencial e trazem perspectivas positivas como: possibilidade de adaptação do currículo escolar às realidades locais, valorização da cultura e os saberes tradicionais. Sob tal perspectiva, o contexto ribeirinho, a educação como política pública desempenha um papel fundamental na garantia do direito ao conhecimento e no fortalecimento da identidade comunitária, sendo necessária a implementação de políticas educacionais voltadas para essa população contribui para a redução das desigualdades, ampliando oportunidades e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A saúde é um aspecto que essencial no campo, e que carece de políticas públicas, uma vez que a ausência do acesso a saúde impacta diretamente a vida dos jovens ribeirinhos. Assim uma política pública que age nessa problemática, segundo Lima (2021) é o “Programa Saúde da Família”, que segundo Brasil (2020, p.02) tem como “objetivo de reorganizar a prática assistencial em novas bases e critérios [...] e surgiu como uma estratégia para fortalecer a atenção básica, promovendo um atendimento mais próximo da comunidade e focado na promoção da saúde e na prevenção de doenças”. Este programa é uma política pública, tem contribuído para a melhoria das condições de saúde nas comunidades ribeirinhas, pois possibilita o atendimento médico regular e de qualidade na própria comunidade de origem e embora o programa também funcione em meio a dificuldades que limitam a efetividade dessas políticas, o mesmo traz avanços na oferta da saúde pública ribeirinha.

Além da educação e da saúde, políticas e programas voltados para a área do desenvolvimento rural são fundamentais para a melhoria da qualidade da juventude ribeirinha do campo. Nesse cenário, os estudos de Souza et all (20202) apontam que há programas de incentivo ao empreendedorismo e à agricultura familiar e um destes é o “Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)”, o qual “tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda [...]” (Brasil, 2020, p.02).

Assim, este programa traz apoio, através de subsídios financeiros destinados as atividades agrícolas e não-agrícolas que são desenvolvidas por agricultores familiares,

promovendo geração de emprego e renda, uma vez que por meio do PRONAF, muitos jovens conseguem investir em pequenos negócios, como produção agroecológica, familiares e até mesmo de turismo rural, fortalecendo a economia local e incentivando práticas sustentáveis. Além disso, o acesso a crédito facilita a modernização das atividades produtivas, permitindo que novas tecnologias sejam incorporadas ao trabalho agrícola, tornando-o mais eficiente e atrativo para as novas gerações.

Convém pontuar, que a juventude ribeirinha está imersa em um cenário onde a riqueza natural faz parte de suas vivências e que são também objeto de políticas de preservação ambiental. Nesse pressuposto, os estudos de Amaral, Toutong e Pereira (2023) argumentam que a sustentabilidade ambiental é essencial na garantia da sobrevivência e do bem-estar das comunidades ribeirinhas. Programas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

Sobre esse cenário, a partir dos estudos de Amaral, Toutong e Pereira (2023), verifica-se que a pesca, a agricultura de subsistência e o extrativismo são atividades fundamentais para os ribeirinhos, e sua continuidade depende de práticas sustentáveis que evitem a degradação dos ecossistemas. Nesse viés, a preservação ambiental contribui para a valorização dos saberes tradicionais, permitindo que os jovens aprendam e perpetuem práticas ancestrais de uso responsável dos recursos naturais. Dessa forma, a sustentabilidade não apenas protege o meio ambiente, mas também fortalece a identidade e a autonomia das comunidades ribeirinhas, garantindo um futuro mais equilibrado e sustentável para as novas gerações.

Diante das políticas e programas mencionados os estudos de Silva, Farias e Alves (2016) apontam que seria importante e necessário haver a participação dos jovens ribeirinhos e de moradores do campo na formulação e implementação das políticas públicas, tendo como objetivo garantir a efetividade dessas iniciativas. Outros aspectos incluem programas, projetos e políticas na área da segurança pública, entretanto os mesmos não serão abordados nesse escopo a medida em que foram selecionados os aspectos: educação, saúde, acesso a mídias digitais e meio ambiente, pois estão relacionados ao escopo educacional, que é um dos pontos de análise dessa pesquisa.

3.5 Desafios da Juventude Ribeirinha

Conforme apontada nas seções anteriores a juventude é uma etapa marcada por mudanças e existem diversos conceitos de juventude e grupo juvenis, como o caso dos jovens do meio urbano e do meio rural, que tem vivências e perspectivas diferentes. No âmbito da juventude rural temos ainda uma outra categoria, que é a juventude ribeirinha, que embora

sujeita aos mesmos desafios dos outros grupos, enfrenta também desafios específicos, que são pouco discutidos pela sociedade (Weisheimer, 2024).

Entre esses desafios temos os estigmas e preconceitos associados aos jovens rurais, acrescidos da falta de oportunidades e o acesso limitado não apenas a serviços de saúde, mas também à educação, ao mercado de trabalho e a espaços de lazer e cultura. Tais déficits impactam diretamente suas perspectivas de futuro e sua qualidade de vida, criando barreiras para o desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, a ausência de políticas públicas voltadas para essa população contribui para a invisibilidade e a marginalização desse grupo, reforçando desigualdades sociais e dificultando sua participação ativa na sociedade (Weisheimer, 2024).

Esse quadro de invisibilidade social dos jovens rurais também se reflete na produção acadêmica. Nesse sentido para Weisheimer (2024) há uma lacuna na literatura acadêmica, havendo ausência de estudos e pesquisas sobre a juventude rural, o que contribui para a perpetuação dos estigmas e preconceitos. Sendo, urgente a necessidade de maiores estudos e pesquisas sobre esse grupo e suas especificidades.

Outro fator importante a ser destacado é que os jovens das áreas rurais frequentemente enfrentam avaliações negativas que, em alguns casos, resultam em classificações que os rotulam como “menos modernos” ou “pouco interessados em mudanças”. Segundo Villela e Costa (2011) esse preconceito é produto de uma visão estereotipada, reforçada pela literatura clássica sobre campesinato, onde com frequência retrata-se o campo como um espaço de inferioridade. No entanto, essa visão reducionista ignora a riqueza cultural, social e econômica presente nas comunidades rurais. O campo não pode ser considerado um espaço de inferioridade, pois nele se desenvolvem saberes tradicionais, práticas sustentáveis e modos de vida que contribuem para a preservação ambiental e para a diversidade cultural.

Convém salientar que a educação, é um direito de todos os sujeitos e uma ferramenta essencial para a superação dos estigmas e preconceitos enfrentados pelos jovens ribeirinhos. Nesse cenário, os estudos de Paulo Freire (1997) enfatizam a educação como ferramenta de emancipação, formação integral e transformação social, ressaltando a importância de uma educação dialógica e crítica, que valorize os saberes dos alunos, e no contexto ribeirinho. É essencial o acesso à educação e pensa-se ser igualmente relevante que as escolas adotem práticas pedagógicas que respeitem e integrem a cultura local.

Sobre a educação ribeirinha, os estudos de Lima (2024) revelam que o seu acesso ocorre em meio a dificuldades, especialmente no concernente ao transporte, isto é, as dificuldades do aluno durante o percurso à escola, devido a fatores como ausência de transporte público, locais

de difícil acesso e outras barreiras significativas para a educação desses jovens. Ocorre que diante desse cenário há a problemática da adaptação do calendário letivo ao ciclo das águas e a falta de professores com formação adequada, que são desafios a serem enfrentados para garantir uma educação de qualidade.

Ainda no plano educacional, entende-se que diante das dificuldades é essencial atuar na valorização das experiências e saberes dos jovens ribeirinhos, uma vez que segundo Weisheimer (2024) os jovens ribeirinhos do estado do Pará possuem um modo de ser e viver singular, que é característico do contexto ribeirinho e das relações sociais na construção de suas identidades.

A realidade da juventude ribeirinha é marcada por um contexto singular, profundamente influenciado pela geografia, pela cultura e pelas relações comunitárias, assim está sujeito é um. Nesse interim, os jovens que vivem às margens dos rios da Amazônia enfrentam desafios específicos decorrentes do isolamento geográfico, da dependência dos recursos naturais e das dinâmicas sociais próprias dessas comunidades.

O modo de vida ribeirinho está diretamente conectado ao ambiente natural, onde atividades como pesca, agricultura de subsistência e extrativismo são essenciais tanto para a economia local quanto para a manutenção das famílias. Sob tal perspectiva Batista (2011, p.3) destaca que os habitantes dessas regiões são “atores sociais que estabelecem interação e integração mais complexas com outros indivíduos, produzindo sua inventividade de acordo com o meio em que estão inseridos”, sendo esse meio formado por elementos como a floresta, o solo e os rios. Entretanto, apesar dessa relação intrínseca com o ambiente, comunidades ribeirinhas enfrentam desafios significativos, como dificuldades de acesso a serviços básicos, infraestrutura precária e limitações na mobilidade, fatores que impactam diretamente as oportunidades de desenvolvimento dos jovens.

Diante desse cenário, é essencial pensar em estratégias que valorizem e fortaleçam a juventude ribeirinha, garantindo que suas especificidades sejam reconhecidas e contempladas nas políticas públicas. A educação, por exemplo, desempenha um papel central nesse processo, pois pode ser um instrumento de transformação e inclusão, permitindo que esses jovens tenham acesso ao conhecimento sem perder suas raízes e identidade. Esse quadro relativo às políticas públicas será abordado no tópico a seguir.

4. EDUCAÇÃO E JUVENTUDE RIBEIRINHA

Esta seção busca discutir sobre a educação ribeirinha, apresentar discussões teóricas sobre o tema em uma subseção, que discute especificamente o papel da educação na vida dos jovens.

Nesta seção partimos do pressuposto de que a educação ocorre em diversos locais, não estando circunscrita ao espaço escolar. Ademais discute-se sobre os desafios da implementação e funcionamento da educação do jovem do campo e também as perspectivas dessa oferta, tanto na progressão dos estudos, como na perspectiva da educação como ferramenta de emancipação humana.

4.1 Papel da educação na vida dos jovens

A educação segundo Brandão (1981, p.17) “é uma fração da experiência endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender”, partindo desta compreensão, destacamos que a educação ribeirinha desempenha um papel essencial no desenvolvimento pessoal e comunitário, especialmente à medida que pode proporcionar aos jovens as ferramentas necessárias para sua formação integral e desenvolvimento humano.

Na perspectiva de Freire (1997), a educação que ocorre no processo de escolarização é essencial para a construção da consciência crítica e da autonomia dos indivíduos. No concernente ao contexto ribeirinho, a oferta da educação traz um impacto profundo e permite aos jovens desenvolver habilidades e conhecimentos. Teoricamente este modelo de educação no campo deveria promover não só o acesso à informação e os conhecimentos historicamente acumulados, mas também o pensamento crítico, permitindo que os jovens compreendam melhor seus direitos e participem ativamente das decisões que afetam suas comunidades, visto que muitas vezes a permanência desta comunidade necessita das novas gerações e seu desejo de lá continuar.

A educação, especialmente no contexto ribeirinho, deve ser compreendida como parte da vida e da luta dos sujeitos que habitam esses territórios. Na visão de Caldart (2004) a escola precisa ser um espaço de construção coletiva, onde os jovens possam se reconhecer como parte de um povo, de uma cultura e de um projeto de transformação social. Isso significa que a educação não pode se limitar à transmissão de conteúdos, mas deve dialogar com os saberes locais, com a relação com o rio e com os modos de vida que sustentam a identidade ribeirinha.

Na mesma perspectiva Arroyo (2006) reforça que os jovens do campo e das águas não são apenas estudantes, mas sujeitos históricos, cujas trajetórias precisam ser respeitadas e valorizadas. Para ele, a escola deve acolher essas múltiplas dimensões, promovendo uma formação que fortaleça o pertencimento e a autonomia. Assim, a educação ribeirinha, quando pensada a partir das experiências concretas dos jovens e das comunidades, torna-se um instrumento de emancipação, de afirmação cultural e de construção de justiça social.

Sob tal perspectiva é necessário destacar que a educação do campo segue as proposições do desenho curricular do ensino regular, estando ainda em consonância com as reformas e documentos nacionais em curso, tais como a Base Nacional Comum Curricular e as reformas em curso do Novo Ensino Médio. Embora a educação no meio rural esteja inserida em ambientes que carecem de melhor estrutura, recursos pedagógicos e financeiros, este modelo traz perspectivas promissoras, mesmo diante das dificuldades. Nesse cenário, Silva e Andrade (2023) apontam que quando a educação para o jovem ribeirinho do campo abre possibilidades desses jovens construir um futuro melhor, a medida em que rompem o ciclo de pobreza e exclusão social. No próprio campo, a escolarização contribui para o fortalecimento da identidade cultural, quando realizada respeitando os saberes culturais e sociais, bem como os conhecimentos do educando.

Entretanto esse “respeito” e uso dos saberes tradicionais é uma realidade que necessita de maiores estudos e pesquisas e também é uma situação que enfrenta barreiras para sua efetividade. Para Costa:

[...] o ensino médio, como espaço de formação do sujeito na sociedade, atende as necessidades impostas pelos interesses do capital e que tem, ao longo dos anos, mantido uma tradição de natureza de divisão do conhecimento, ofertando um ensino propedêutico para a classe burguesa e um ensino para o trabalho para os filhos da classe trabalhadora (Costa; 2017; p.84).

Assim observa-se que a educação ribeirinha sofre os impactos das medidas nacionais, que visam atender aos interesses da lógica do sistema capitalista, o que pode corroborar para que a oferta educacional, em algumas escolas, ocorre com primazia pelos conhecimentos técnicos e com pouca ênfase nos saberes tradicionais. Ademais para além da oferta da educação, que se pode ser materializada na presença física das escolas na comunidade e na disponibilidade vagas, é ainda relevante citar a problemática da permanência, uma vez que os jovens ribeirinhos enfrentam desafios específicos que dificultam o acesso e a permanência na escola.

Nesse cenário, uma pesquisa empreendida por Branco et al (2020) revela que, no concernente as dificuldades para o deslocamento e a permanência na escola, tem-se aspectos como a distância das escolas e a falta de transporte adequado, bem como a evasão escolar forçada, justificada pela necessidade de contribuir para a economia familiar, e assim esses aspectos impedem a continuidade dos estudos.

Nota-se ainda, que segundo a literatura acadêmica sobre a educação campesina, a infraestrutura escolar nas comunidades ribeirinhas é um desafio a ser enfrentado e na visão de Lima (2024), grande parte das escolas ribeirinhas precisam de recursos básicos, e são carentes

de materiais didáticos, eletricidade e acesso à internet. Há ainda as escolas que vivenciam dificuldades no quadro funcional, enfrentando a falta de professores qualificados e a alta rotatividade desses profissionais.

Mapeados os desafios é necessário também apontar os benefícios educacionais para jovens ribeirinhos e a forma como sua realidade pode ser também um instrumento no processo de ensino e aprendizagem. Inicialmente é interessante pontuar que os jovens ribeirinhos estão inseridos no ambiente onde há a riqueza natural e cultural da Amazônia, e nesse cenário Crepalde (2019), aponta que uma vivência próxima à natureza gera entendimento empírico sobre os ecossistemas e conhecimentos específicos sobre o meio ambiente, como plantas medicinais e nutrição, o que constituem saberes ricos que devem ser utilizadas no processo educacional.

Conforme citado anteriormente, as dificuldades mapeadas refletem desafios na implementação de uma educação de qualidade, porém mesmo diante das dificuldades é destaca-se que a educação é um instrumento de luta, tendo o potencial de transformar a vida dos jovens ribeirinhos e assim Souza et all (2020) argumenta que a escolarização empodera os jovens, possibilitando que estes possam atuar como agentes de mudança em suas comunidades.

Outro ponto importante é o contato com os saberes tradicionais, que são transmitidos de geração em geração. Na visão de Amaral, Toutong e Pereira (2023) os jovens ribeirinhos possuem acesso a conhecimentos únicos sobre pesca artesanal, plantas medicinais, e práticas sustentáveis, que devem ser dialogados e valorizados no meio escolar, pois como aponta Brandão (1981, p.23) “no interior de todos os contextos sociais coletivos de formação do adulto, o processo de aquisição pessoal de saber-crença-e-hábito de uma cultura, que funciona sobre educandos como uma situação pedagógica total”.

No concernente ao ensino médio nas comunidades ribeirinhas ainda enfrenta dificuldades estruturais, como a falta de infraestrutura adequada, a escassez de professores capacitados para trabalhar com metodologias contextualizadas e a ausência de um currículo que valorize os saberes locais. Muitos jovens precisam se deslocar para centros urbanos para continuar seus estudos, o que pode gerar um distanciamento de suas raízes culturais e dificultar sua permanência no campo (Silva; Machado, 2019)

Nesse cenário, observa-se que a juventude ribeirinha enfrenta desafios no acesso à educação, porém possui uma riqueza de saberes populares e saberes, sendo que estes podem ser uma motivação e fonte de saberes, diante dos desafios educacionais enfrentados, assim reflete-se sobre a necessidade de iniciativas culturais e educacionais que integrem e valorizem os conhecimentos locais.

Assim, os pioneiros da Escola Nova, como Anísio Teixeira (1968) já enfatizavam a necessidade de uma educação que respeite e coligie os saberes ancestrais das comunidades, uma vez que a escola deve ser um espaço de encontro entre diferentes culturas e conhecimentos, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade. Outro teórico brasileiro que trabalha na mesma perspectiva é Darcy Ribeiro (1995) que argumenta para a necessidade da promoção de uma educação intercultural com a união de conhecimentos tradicionais e formais, sendo a escola, portanto, um espaço de valorização dos saberes locais e de diálogo entre diferentes perspectivas culturais.

Como exemplo dessa integração e da educação intercultural, os estudos de Silva, Andrade e Martins (2024), analisaram a importância da integração de conhecimentos tradicionais e formais no contexto da educação indígena. Como produto desta pesquisa, estes autores revelam que o processo de valorização desses saberes promove uma abordagem educacional inclusiva que reflete também na formação de cidadãos críticos e conscientes de sua identidade cultural.

No âmbito da educação ribeirinha, vemos que a mesma é uma ferramenta na transformação da vida de jovens em comunidades rurais, e casos de sucesso nesta área incluem o projeto Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes Ribeirinhas na Amazônia (DICARA), da Fundação Amazônia Sustentável (FAS). O referido projeto objetiva oportunizar o acesso a capacitações profissionais para jovens ribeirinhos, abordando temas como artesanato, informática, educação ambiental, empreendedorismo, entre outros.

Essa iniciativa aponta que embora, as escolas ribeirinhas enfrentam desafios materiais e pedagógicos, elas são também um espaço de esperança e valorização dos saberes tradicionais. Na visão de Costa, que empreendeu uma pesquisa em escolas ribeirinhas no arquipélago de Marajó, as instituições escolares são essenciais para a construção de alternativas de vida na floresta e para a promoção da cultura local. Assim, a citada integração de conhecimentos tradicionais e formais, não atua somente no enriquecimento do processo educativo, mas no fortalecimento das comunidades e contribui para a emergência de um futuro mais sustentável e inclusivo.

A escola possui a função social, que segundo a Brasil (1996) abrange diversos processos formativos e deve atuar na promoção da formação integral. Nesse cenário a escola possui um papel essencial na preservação e valorização das culturas ribeirinhas. Na visão de Costa (2018), parte das escolas ribeirinhas atua na integração dos conhecimentos locais aos currículos formais, promovendo uma educação que valorize e respeite a identidade cultural das comunidades ribeirinhas, e assim grande parte destas desempenha um papel essencial na

transmissão e preservação dos saberes tradicionais, atuando como espaços de resistência cultural.

Arroyo (2004) defende que a instituição escolar deve atuar como um espaço de preservação e promoção dos saberes tradicionais e na mesma perspectiva, os estudos de Hage (2005) sobre a educação ribeirinha no Pará, enfatizam a importância de uma abordagem pedagógica que valorize os saberes tradicionais das comunidades ribeirinhas.

Verificamos que a educação do campo representa mais do que uma simples adaptação da educação urbana; trata-se de um “projeto educativo e cultural que procura resgatar e valorizar as práticas, conhecimentos e modos de vida das populações rurais” (Arroyo; 2004, p. 24). Ele ressalta que essas práticas educacionais não devem ser interpretadas como alternativas secundárias à educação urbana, mas como caminhos que fortalecem as identidades e o pertencimento dos estudantes aos seus territórios.

Nesse cenário, a literatura aponta que há iniciativas culturais implementadas com sucesso em escolas ribeirinhas, as quais buscam promover a preservação e valorização das culturas locais e enriquecendo o processo educativo. Como exemplo cita-se o projeto “Memórias Ribeirinhas” que objetiva registrar e preservar a história e cultura das comunidades ribeirinhas através de atividades como entrevistas com anciãos, pesquisas históricas, produção de documentários e elaboração de livros de memória (Bruno; Bezerra, 2020)

Esse exemplo, que pode ser adotado no ambiente escolar, demonstra como iniciativas culturais na educação desempenham um papel essencial na preservação e valorização das culturas locais. E apontam ainda para a necessidade de integração de saberes tradicionais aos currículos escolares, promovendo uma educação mais inclusiva e contextualizada.

5. SENTIDOS DA ESCOLA PARA OS JOVENS ESTUDANTES DA COMUNIDADE QUIANDUBA

Esta seção, apresenta os resultados da pesquisa de campo empreendida com estudantes da comunidade de Rio Quianduba buscando discutir os sentidos que a escola e por extensão a educação, possui para estes jovens ribeirinhos. Assim inicialmente, na primeira subseção, é apresentado o contexto história da comunidade e é apresentado parcialmente o contexto cultural e social do local. Em seguida na segunda subseção discutimos sobre papel da Educação Escolar no Rio Quianduba, a partir da visão e perspectiva de juventude local, sendo que neste segundo apresentamos as vozes dos sujeitos, perspectivas, desafios e sentidos que os mesmos atribuem a escola.

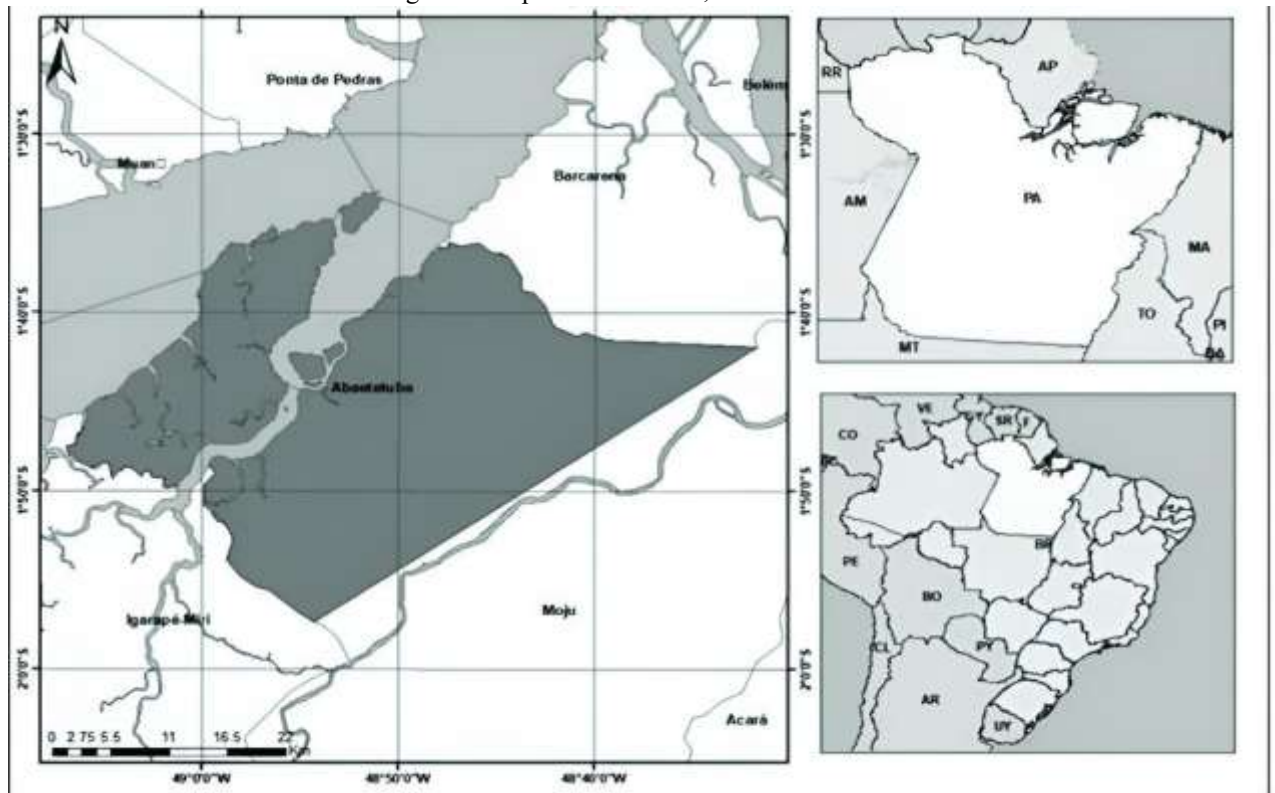
5.1 A comunidade de Rio Quianduba: contexto histórico, cultural e social

O local escolhido para ser fonte de investigação, é composto por populações ribeirinhas que residem nessas águas e suas distintas comunidades e a forma como conduzem seus modos de vida, suas relações sociais e econômicas por meio das águas. Nesse sentido, recorreremos ao Hino da cidade de Abaetetuba, no qual se expressa a relação cidade – rio:

Maratauíra, um grande rio formoso,
Braço forte do imenso Tocantins,
Tem à margem um recanto majestoso De trabalhos em
misto com festins.
[.....]
A nós serás sempre querida
E protegida por nós serás." (hino de Abaetetuba)

Tais fragmentos do hino da cidade de Abaetetuba expressam características e adjetivos revelando uma variedade de qualidades na cidade de Abaetetuba que está localizada no estado do Pará, na região norte do Brasil. Abaeté, como popularmente é conhecido o município “é formado por um conjunto populacional com 158.188 pessoas, distribuídas em uma área de 1.610,654 km²” (Paraense; Santos; Soares; 2024; p.1). Na figura (1) é possível observar o mapa do município:

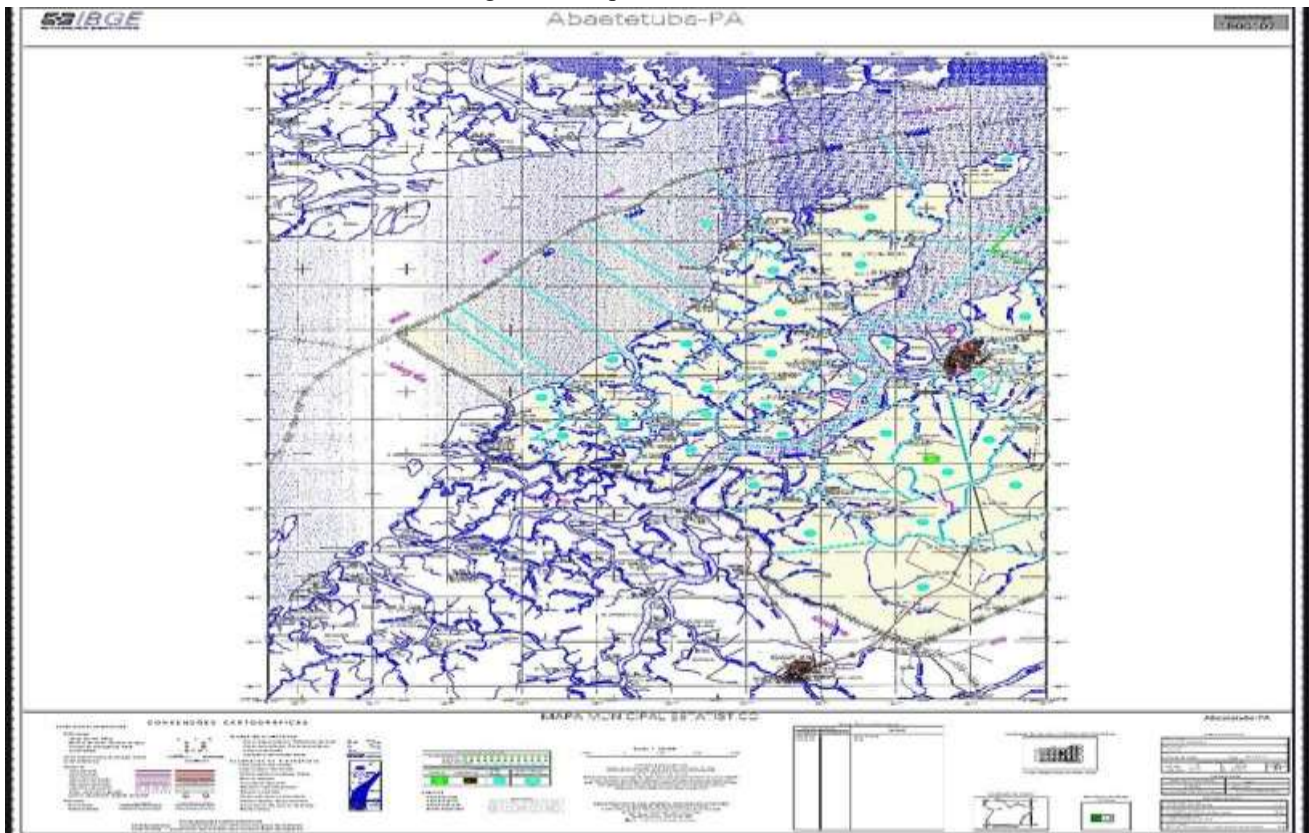
Figura 1: Mapa de Abaetetuba, 2021



Fonte: Portal Researchgate. Disponível em: [Figura-1-Mapa-indicando-a-localizacao-do-municipio-de-Abaetetuba-Para-Fonte-IBGE-2018.png \(850x512\)](#). Acesso em 18 de junho de 2025

O município de Abaetetuba não possui apenas terra firme é constituída por vastas áreas fluviais que compõe seu território. Uma das características mais notáveis desta cidade é a presença de um extenso sistema hidrográfico, com 72 ilhas que banham ao longo do seu entorno, moldadas pelos cursos dos rios que atravessam a região (Paraense; Santos; Soares; 2024). Partindo desse pressuposto, é possível visualizar na Figura (2) o mapa das ilhas de Abaetetuba:

Figura 2 - Mapa das ilhas de Abaetetuba, 2007



Fonte: IBGE, Disponível em:

https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/contagem_da_populacao_e_censo_agropecuário_2007/mapas_municipais_estatisticos/pa/Abaetetub.pdf Acesso em 18 de junho de 2025

A região das ilhas é composta por comunidades formadas por grupos de parentes ou por constituições religiosas, com muitas sendo habitadas exclusivamente por evangélicos e outras apenas por católicos, nessas comunidades, a religião e/ou a igreja, juntamente com a escola, servem como pontos de referência (Rodrigues, 2016)

Nesse viés as ilhas constituem-se, em grande parte, de áreas marcadas pela predominância de ambientes naturais típicos da Amazônia, com abundância de rios, igarapés,

Este ambiente, embora cercado por belezas naturais, passa por dificuldades que na maioria das vezes estão relacionadas a ausência ou precariedade de políticas públicas na localidade, sendo as principais destas ausências de saneamento básico, coleta adequada de lixo e dificuldades na área da saúde. Estes fatores impõem desafios à permanência das comunidades, que, mesmo diante das dificuldades, reafirmam sua ligação com o território.

Sob tal perspectiva, a dificuldade de acesso à saúde, educação e infraestrutura básica é uma constante na vida dos moradores, especialmente em períodos de cheia, quando o acesso a determinados pontos se torna quase impossível. Ainda assim, as estratégias locais de convivência com o ambiente ribeirinho revelam um conhecimento tradicional extremamente sofisticado e eficaz. Os estudos de Rodrigues (2016, p.50) afirmam que “a sabedoria dos ribeirinhos não está apenas no saber pescar ou plantar, mas na habilidade de viver em harmonia com o ciclo das águas, sem romper com os ritmos da natureza”.

Entretanto, embora circunscrita em um ambiente de belezas naturais, a comunidade passa por dificuldades no concernente a ausência de saneamento e mobilidade. Assim ausência de um sistema de transporte fluvial público, por exemplo, limita o acesso aos centros urbanos em momentos de urgência. A comunidade, no entanto, cria soluções locais baseadas em solidariedade, as quais incluem, por exemplo o transporte solidário, em que moradores disponibilizam embarcações particulares para emergências e deslocamentos essenciais, além da organização de mutirões de limpeza ajudam a reduzir a contaminação do solo e da água, promovendo um ambiente mais saudável.

Os exemplos apresentados acima são apenas um recorte de parte das ações empreendidas neste ambiente diante das dificuldades. Segundo Rodrigues (2016, p.78): “a ausência do Estado é enfrentada com criatividade comunitária: cada casa é também posta de saúde, escola e abrigo. Cada morador é professor, enfermeiro e conselheiro”.

Outro aspecto relevante na caracterização da Ilha Quianduba é o papel central da escola nas comunidades, a escola não é apenas um espaço de ensino formal, mas um ponto de encontro entre os saberes locais e os conteúdos curriculares. Muitas vezes, os professores adaptam suas práticas para considerar a realidade do aluno, suas experiências com o rio, com a mata e com os modos de vida tradicionais. Essa contextualização é fundamental para o engajamento dos estudantes, pois promove uma aprendizagem significativa. Como afirma Rodrigues (2021, p.55) “a escola das ilhas é, antes de tudo, uma construção coletiva. Nela se aprende a ler e escrever, mas também a conhecer os ciclos do rio, os tempos da colheita e os saberes ancestrais que formam a base da vida ribeirinha”

Entende-se a grande importância da educação para a comunidade ribeirinha, na comunidade do Rio Quianduba, a educação sempre foi conquistada através de resistência e luta, de acordo com Rodrigues (2016, p. 57):

A educação atualmente é um instrumento de mobilização social e de trabalho coletivo liderado pela professora Marineide Lobato – a professora mais antiga da comunidade – que engajou os moradores na luta pela implementação do Ensino Fundamental Maior e Ensino Médio na Comunidade, uma vez que essas modalidades de ensino não faziam parte do quadro de oferta da educação básica na Ilha

Nesse sentido, a história de acesso e aquisição da educação no Rio Quianduba foi um processo árduo e de muitas lutas comunitárias, que eram dificultadas pela geografia e pela carência de políticas públicas eficazes voltadas para as populações tradicionais. Outrora, segundo relatos orais de moradores da comunidade, durante muitos anos atrás, as crianças e jovens da ilha precisavam se locomover por longas distâncias em suas canoas próprias, cercados pelos perigos hidrográficos e da natureza. Mas, no ano de 1984 a localidade foi agraciada com os ideais educativos de uma jovem senhora chamada de Marineide Lobato, que deu início aos processos educativos para a comunidade da época, permitindo a atual conjuntura educacional existente na ilha.

Em entrevista com Marineide Ribeiro Lobato, a professora mais antiga da comunidade e pilar fundamental para a aquisição da escola nas ilhas, foi perceptível que o amor e zelo pela educação mesmo depois de quase 5 décadas continua preservado na memória e relatos da professora “Nedita” como é carinhosamente chamada pela comunidade. Abaixo apresentam-se imagens desta importante figura para a educação em Rio Quianduba:

Figura 5: Formatura da professora Marineide, 2008



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada, 2008

Figura 6: Professora Marineide na atualidade, 2025



Fonte: Acervo da autora, 2025

A entrevistada relata que em meio a muitas dificuldades que o ser ribeirinho traz consigo, a educação sempre foi motivo de lutas constante. Em seu relato a professora Marineide conta um pouco do processo de lutas para que fosse efetivado a oferta da educação na comunidade:

Antigamente os estudos aqui iam de primeira à quarta série, eu dava aula em um barracão cedido por um dos moradores aqui da ilha, porém depois começou uma grande demanda de alunos e aquele local não suportou a quantidade de turmas que já havia. A Igreja Cristã Evangélica foi contactada naquela época por mim, eu pedi para o nosso pastor ceder o espaço e as salas para que eu lecionasse aulas para as crianças e jovens daquela localidade, e assim foi acabado a demanda. Começamos. Com muita luta durante anos debaixo de salas de madeira e palha a educação foi ofertada para a nossa comunidade. Nesse período, os pais solicitaram que eu fizesse um ofício para a prefeitura ofertar a ampliação das aulas de 5° a 8° série, fizemos inúmeras viagens para a Seduc de Belém, até que fomos atendidos. Então, o prefeito da época, Chico Narina veio em nossa ilha e soube da situação que estávamos enfrentando, e eu chamei toda a comunidade para dialogar com o prefeito, foi então decidido em conjunto que a comunidade doaria todo o material das telhas para a cobertura da escola e o restante o prefeito se comprometeu em fornecer, sendo assim foi construída a escola Dionísio Hage, fruto de muita luta e diálogo de uma comunidade, e nós passamos para lá (Professora Marineide, 2025)

A implementação da instituição, foi um marco na história da comunidade a medida em que assegurou, naquela época o acesso ao ensino fundamental e a educação infantil. Entretanto a luta pelo acesso à educação continuou e em seu relato a professora aponta que foram organizadas novas mobilizações, com o intuito de que a escola também ofertasse o ensino médio e assim ela relata:

Quando conseguimos a categoria de ensino médio foi na modalidade do Some¹, mas não nos adaptamos ao ritmo modular, eu fiz um ofício com mais de 500 assinaturas e conseguimos o ensino regular para a nossa juventude. Hoje, temos uma vitória em nosso rio, o ensino fundamental e médio regular, que conta com uma escola de madeira com nove salas, um auditório, espaço de merenda uma cozinha, e dois banheiros, a escola estadual tem por nome Anexo Basílio de Carvalho II e nós estamos trabalhando dessa forma até hoje (Professora Marineide; 2025)

Nesse sentido, convém ressaltar que a escola está em pleno funcionamento, sendo os sujeitos da pesquisa oriundos desta escola. Ademais, sobre o aspecto econômico no concernente a Ilha Quianduba, a mesma possui como base a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e na coleta de frutos nativos, como o açaí e o buriti. Essas atividades são organizadas em sistemas familiares, com divisão de tarefas entre homens, mulheres e crianças (Rodrigues; 2016)

¹ O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) é uma política pública educacional criada em 1980 no estado do Pará, com o objetivo de assegurar o direito à educação básica para as populações dos interiores do estado, onde não existe ensino regular. O SOME abrange alunos dos campos, águas, florestas e aldeias. A metodologia do SOME é baseada em módulos, permitindo que professores se desloquem até essas comunidades para ministrar aulas em períodos específicos

Ocorre ainda, a pesca do camarão-da-Amazônia (*Macrobrachium amazonicum*), que é uma prática tradicional que exige profundo conhecimento dos ciclos naturais e das características dos rios e igarapés. Segundo Rodrigues (2016): “os pescadores da Ilha Quianduba dominam saberes sobre marés, fases da lua, períodos de reprodução e técnicas específicas de captura, muitas delas herdadas de seus antepassados” (p. 62).

Outro ponto relevante é a religiosidade, que também se manifesta fortemente na vida cotidiana da localidade e na formação espiritual na transmissão de valores para os jovens, sujeitos da pesquisa. Nessa comunidade, igrejas evangélicas e católicas compartilham o espaço geográfico e espiritual da ilha, muitas vezes organizando atividades que vão além do culto religioso, como mutirões, festas comunitárias e ações solidárias. Essa vivência da fé está entrelaçada com as demais dimensões da vida comunitária, reforçando valores como respeito, cooperação e solidariedade. Como relata Rodrigues (2016, p.67): “em muitos casos, é a igreja que intermedeia conflitos, organiza redes de ajuda para famílias em dificuldades e funciona como espaço de escuta, de formação e de esperança”. Abaixo temos registros fotográficos das principais instituições religiosas da ilha:

Figura 7: Vista aérea da Primeira Igreja Cristã Evangélica do Rio Quianduba, 2024



Fonte: Acervo da autora

Figura 8: Comunidade Católica do Perpetuo Socorro, 2024



Fonte: Acervo da autora

No plano geográfico, a Ilha Quianduba encontra-se em uma região de várzea, o que significa que sua paisagem sofre alterações ao longo do ano em razão do regime de cheias e vazantes dos rios. Essas transformações exigem uma forma específica de organização do espaço e do tempo social. As atividades produtivas, os calendários escolares e as próprias festas religiosas são adaptadas de acordo com os períodos de seca e cheia. Os estudos de Rodrigues (2016) destacam que “a vida ribeirinha é uma pedagogia em si: ensina a esperar, a respeitar o tempo da natureza e a encontrar caminhos onde parece haver apenas água” (p.73).

Figura 9 e 10: Crianças ribeirinhas em momento de brincadeira, 2023



Fonte: Acervo da autora

É preciso reconhecer que a Ilha Quianduba não é apenas um espaço geográfico, mas um território existencial, construído cotidianamente pelas práticas, histórias, sonhos e lutas de seus habitantes. Preservar essa localidade é também preservar um modo de vida que ensina a

convivência com a natureza, a força da coletividade e a resistência frente às adversidades. A valorização de suas práticas educativas, culturais e produtivas deve ser vista como estratégia de fortalecimento da cidadania e da justiça socioambiental.

Como bem sintetiza Rodrigues (2016) “[...]defender o modo de vida ribeirinho é defender uma Amazônia viva, pulsante e plural, onde as águas são mais que recursos: são memórias, caminhos e futuro (Rodrigues, 2016, p. 90). Nesse sentido a defesa desse modo de vida ribeirinho está ligada não somente a preservação cultural e social, mas sim a oferta de uma educação de qualidade, que permita que o homem do campo viva no campo, permaneça em seu território, perpetue sua cultura, seus modos de vida com mais qualidade.

5.2 O papel da educação escolar no Rio Quianduba: a visão e perspectiva de juventude local

A pesquisa de campo realizada na escola EEEFM Anexo Basílio de Carvalho II, localizada na comunidade ribeirinha do Rio Quianduba, envolveu um grupo focal com onze estudantes do ensino médio (1º, 2º e 3º anos). Abaixo apresenta-se a imagem do grupo que participou da entrevista e autorizou o uso de sua imagem para fins acadêmicos:

Figura 11: Jovens participantes do grupo focal, 2024



Fonte: Acervo da autora

A juventude ribeirinha do Rio Quianduba constitui um grupo social marcado por uma profunda relação com o território das águas, das ilhas e das florestas alagadas da região de Abaetetuba, no Estado do Pará. Esses jovens vivem em uma realidade que combina os saberes

tradicionais herdados de seus ancestrais com os desafios contemporâneos de acesso à educação, saúde e oportunidades de trabalho. Em sua maioria, são filhos de pescadores, lavradores, trabalhadores das olarias ou pequenos agricultores que habitam palafitas construídas à beira dos rios e igarapés.

A rotina desses jovens é fortemente influenciada pelos ciclos naturais, como o regime das marés e o clima, o que impacta diretamente sua frequência escolar, suas atividades domésticas e até mesmo o lazer. A medida em que, por exemplo em períodos de maré baixa, a navegação se torna difícil, e sair de casa pode não ser viável. Já na maré alta, a circulação é facilitada, permitindo que embarcações como a rabeta- um pequeno barco com motor adaptado, sejam utilizadas para locomoção.

Assim o grupo focal iniciou-se a partir da pergunta norteadora **“O que a educação significa para vocês?”** foi possível identificar múltiplas percepções sobre a educação e sobre a escola, que transcendem o conteúdo curricular e revelam seu papel como espaço de convivência social, formação identitária e construção de projetos de vida.

Ao tratarmos sobre a importância da educação no contexto escolar, os jovens destacaram que a escola representa muito mais do que um espaço de ensino formal. De maneira recorrente, afirmaram que ela é “uma segunda casa”, “um lugar de troca de saberes” e “um espaço de convivência”. Como podemos observar na fala de um aluno do 2º ano, que destacou: “a escola é muito importante, pois é onde aprendemos tudo o que precisamos para a vida em sociedade”. Essa percepção revela que os estudantes atribuem à escola um papel afetivo e social, reconhecendo nela um ambiente de acolhimento, construção de vínculos e formação para além dos conteúdos curriculares.

Essa compreensão dialoga com a perspectiva de Caldart (2004), que defende a escola como espaço de construção coletiva, onde os sujeitos se reconhecem como parte de um povo e de um território e por essa razão a educação deve estar conectada à vida e às lutas das comunidades, especialmente em contextos populares.

Ademais essa concepção alinha-se à perspectiva de Dayrell (2007), que aponta que os jovens constroem sentidos próprios sobre a escolarização, a partir das vivências concretas e das relações que estabelecem no cotidiano escolar, transformando o espaço da escola em um território de trocas culturais e subjetivas.

Outro ponto relevante foi a percepção da escola como uma oportunidade para um futuro melhor. Os estudantes reconhecem que, apesar das dificuldades, a educação pode ser a ponte para alcançar sonhos como o ingresso na universidade, o desenvolvimento de uma profissão e a possibilidade de retorno à comunidade como agentes de transformação. Segundo Abramovay

(2003), em contextos vulnerabilizados como o das comunidades ribeirinhas, a escola ganha uma dimensão simbólica muito forte, funcionando como instrumento de emancipação e de acesso a novos horizontes.

No entanto, os relatos também revelam uma relação ambivalente entre escola e cultura local. Alguns estudantes citaram iniciativas pontuais de valorização da identidade ribeirinha, como projetos sobre sustentabilidade e saberes locais, e a tentativa de professores em aproximar o conteúdo à realidade da comunidade. Um deles, aluno do 1^o ano citou: “na aula de física, quando o professor quer falar sobre energia, ele cita coisas da nossa realidade ribeirinha”. Por outro lado, outros alunos apontaram que o reconhecimento da cultura ribeirinha é superficial e frequentemente motivado por emergências ou modismos pedagógicos. E assim uma aluna do 3^o ano destacou: “foi preciso aparecer uma emergência ambiental para falarem da gente”, revelando a frustração com a invisibilidade cultural.

Essa tensão entre reconhecimento e apagamento cultural pode ser compreendida à luz das reflexões de Caldart (2004), que defende uma educação comprometida com os sujeitos e seus territórios, onde o conhecimento escolar se construa a partir das vivências concretas das comunidades. Assim, o reconhecimento da cultura ribeirinha não pode ser episódico ou decorativo, mas deve estar no centro do projeto pedagógico, como parte viva da construção do conhecimento e da valorização dos sujeitos que habitam esses territórios.

Considerando que na educação o formal e o informal coexistem e ocorrem de forma simultânea, aponta-se para a necessidade de haver integração de conhecimentos tradicionais e formais, como perspectiva essencial na promoção de uma educação inclusiva e contextualizada. Esse recurso, das contextualizações, ocorre mediante a educação formal e informal coexistem e se complementam, desempenhando papéis distintos na formação dos indivíduos. A educação formal ocorre em instituições de ensino, seguindo currículos estruturados e metodologias sistematizadas, enquanto a educação informal acontece no cotidiano, por meio das interações sociais, das práticas culturais e da transmissão de saberes tradicionais.

No contexto ribeirinho, essa integração é essencial para garantir uma educação inclusiva e contextualizada. Conforme apontado por Freire (1996), a educação deve ser um processo dialógico, através do qual há a valorização dos saberes populares e dos científicos, a medida em que a aprendizagem significativa ocorre justamente quando o local é reconhecido e incorporado ao currículo escolar, e através desse cenário que os estudantes podem se tornar agentes transformadores de suas realidades.

Freire (1996), enfatiza que educação deve partir do reconhecimento da cultura do educando, de seus saberes e do seu lugar no mundo. Quando a escola ignora ou marginaliza o

universo cultural do estudante, ela contribui para um processo de exclusão simbólica. Nesse sentido, os estudantes do Quianduba expressam o desejo por uma escola que respeite e valorize suas identidades ribeirinhas, que dialogue com seu modo de vida e que seja um espaço de escuta e acolhimento.

De acordo com os estudantes, a escola ocupa um lugar central na formação pessoal e social dos jovens. O Aluno 1, do 1º ano afirmou: “eu considero a escola além de um ambiente acadêmico um lugar de aprendizado da convivência na sociedade, além de ela te ensinar a ter um futuro mais promissor”. Essa percepção é corroborada por Dayrell (2007, p. 27), ao apontar que: “a escola é um dos principais espaços de socialização juvenil, não se limitando à função de ensinar conteúdos, mas configurando-se como território de produção de relações, identidades e projetos de vida.”

A valorização do espaço escolar também aparece na fala do Aluno 5, que define a escola como “uma segunda casa, não só de ensino, como também de aprendizagem [...] a escola também construiu a pessoa que eu sou hoje”. Essa dimensão afetiva e simbólica da escola dialoga com o que Abramowicz e Silva (2006, p. 110) identificam como “o investimento afetivo e simbólico dos jovens populares na escola, mesmo diante de condições precárias”.

Assim grande parte dos jovens entrevistados se dedica integralmente as atividades escolares, a medida em que realizando uma análise numérica acerca das respostas dos entrevistados percebeu-se que 60,6% alegaram ter atividades vinculadas somente ao estudo, enquanto 29,4% relataram trabalhar e estudar

Ao tratar das atividades cotidianas dos estudantes ribeirinhos, foi possível observar que, além da dedicação à escola, muitos deles possuem envolvimento ativo em suas instituições religiosas, revelando uma dimensão educativa que vai além do espaço escolar. O jovem 1, do 1º ano, afirmou: “atuo como voluntária nas atividades com crianças da minha igreja, embora não tenha como foco escolarizar, é uma atividade educativa”. Já o jovem 2, do 2º ano, destacou: “minhas atividades principais são ir à escola, participar da igreja e ainda auxiliar meus pais”, evidenciando uma rotina marcada pelo compromisso com a família e com a comunidade. O jovem 3, também do 2º ano, complementou: “sou atuante em minha igreja, faço parte do grupo de jovens”, reforçando o papel da religiosidade como espaço de convivência, formação ética e construção de vínculos sociais.

Arroyo (2006) defende que os sujeitos do campo, das águas e das florestas não podem ser reduzidos à condição de alunos, pois são sujeitos históricos que vivem múltiplas dimensões de formação. Nesse viés reconhecer essas experiências como legítimas formas de educação, que expressam o protagonismo dos jovens em suas comunidades. Ao valorizarmos essas

práticas, rompemos com a visão escolarizante e passamos a compreender a educação como um processo amplo, plural e profundamente enraizado na vida cotidiana.

Essas falas em um primeiro momento podem parecer sem conexão com o tema sentido da educação, entretanto observamos que a construção da identidade juvenil é influenciada pela religião e pela espiritualidade, o que corrobora com a perspectiva de Rei e Roeser (2009) que apontam que essas práticas podem fornecer um sentido de propósito e orientação na vida dos jovens. Esse sentido é o que vemos nas falas desses jovens que reconhecem essas atribuições e vivências como aspectos educativos e que ainda reforçam o sentimento de pertencimento a determinado grupo, criando o sentido de ser ribeirinho

Observa-se que os jovens são intimamente ligados à sua comunidade e que buscam melhorias para esse espaço, e assim outro aspecto recorrente nas falas foi a visão da escola como oportunidade de futuro e mobilidade social. A Aluna 7 declarou: “A escola é uma grande porta que se abre para nós conseguirmos alcançar nossos objetivos, desenvolver projetos, ter uma profissão”. Essa afirmação reforça o papel estratégico que a educação escolar ocupa no imaginário de jovens de comunidades populares, como aponta Abramo (2005, p. 73), ao afirmar que “para os jovens das camadas populares, a escola continua sendo vista como um caminho legítimo para melhorar de vida, alcançar um trabalho melhor e conquistar autonomia.”

A escola no Rio Quianduba é vivida também como espaço de resistência e de esperança. Apesar das limitações materiais e simbólicas, os jovens reconhecem seu valor formativo e sua importância na construção de trajetórias individuais e coletivas. Como destaca Chauí (2000), a juventude precisa ser reconhecida como sujeito de direitos e de desejos, e a escola tem um papel central na mediação entre a realidade social e os sonhos que alimentam a vida dos estudantes.

Assim o perfil do jovem estudante do Rio Quianduba revela um sujeito resiliente, adaptado à vida em uma comunidade de difícil acesso, onde o transporte é feito majoritariamente por embarcações de pequeno porte, como rabetas. Apesar das limitações de infraestrutura, esses estudantes demonstram grande interesse pelo saber e aspiram a melhores condições de vida por meio da educação. Mesmo diante desses desafios, a juventude local se mostra engajada, com sonhos diversos: ingressar em cursos técnicos, alcançar o ensino superior, contribuir para o desenvolvimento da própria comunidade. O que corrobora com a pesquisa de Rodrigues (2016) que aponta que o rio não é obstáculo: é caminho, é sustento, é lar e que os sujeitos que lá vivem se identificam como pertencentes daquele lugar e viabilizar condições estruturais para que lá permaneçam ajuda no fortalecimento da comunidade e na sua permanência.

Observa-se ainda que o discurso dos jovens entrevistados mostra consciência crítica sobre sua realidade e desejo de transformação social, além de forte identidade coletiva enquanto sujeitos ribeirinhos. Como destaca Dayrell (2007), é preciso compreender esses jovens em sua pluralidade e em sua capacidade de produzir sentidos para sua trajetória, muitas vezes em contextos de adversidade. No Quianduba, a juventude não é apenas um mero receptor de informações, mas sim agente de mudança e continuidade das lutas por dignidade e reconhecimento. Nesse sentido segundo relato dos entrevistados estes participam ativamente em associações comunitárias:

Faço parte da colônia de pescadores, entrei ano passado quando atingi a maioridade. É um local onde podemos ter auxílio e ainda acesso a direitos que são nossos (Entrevistado 3)

Eu atuo nas atividades de assistência social da igreja, com as ações que incluem cortes de cabelos, atendimentos médicos, tudo de forma voluntária (Entrevistado 6)

Eu também faço parte do sindicato, embora por influência do meu pai, mas vejo atualmente como este órgão pode auxiliar na luta pelos direitos (Entrevistado 1)

Essas ações revelam que a juventude ribeirinha age diante das dificuldades a qual está inserida e consideram a educação como ferramenta essencial nesse processo, conforme observamos também em fragmentos de suas falas. Os educandos, citaram ainda, que sentem necessidade de maior amparo da gestão pública municipal, especialmente no concernente as condições de acesso e permanência na escola. A situação citada diz respeito a falta do “rabeteiro”, nome dado a pessoa que trabalha com o transporte escolar ribeirinho, quando a prefeitura municipal não os paga corretamente, a categoria responde com greves até que o salário seja pago e muitas vezes os alunos são prejudicados por essas greves, pois os mesmos não conseguem chegar a escola, isto porque muitos moram em ilhas distantes da Ilha Quianduba, e a locomoção se torna insegura com a falta desse profissional e seus serviços à comunidade estudantil.

Conforme destacou o aluno 8:

Eu acho que a maior dificuldade e a falta de rabeteiros o que nos impede de ter uma frequência ativa na sala de aula, alguns alunos moram distantes da nossa escola e as ilhas vizinhas não tem uma escola com a mesma qualificação que a nossa, então os colegas que moram distantes não tem a mesma opção de vir estudar (Entrevistado 8, 2024).

O profissional “rabeteiro” se torna essencial à medida em que a escola é cercada por rios e é, portanto, um profissional que viabiliza o acesso destes estudando a instituição de ensino. Nesse sentido, abaixo apresentamos imagens da instituição onde pode-se observar a relação escolar-rio:

Figura 12 e 13: registros da escola Anexo Basilio de Carvalho II, 2024



Fonte: Acervo da autora

As imagens acima apresentam dois momentos distintos do cotidiano da escola, o período de enchente do rio a esquerda e o momento de vazante a direita. Nesse sentido verifica-se que o estudante ribeirinho possui intensa ligação com o rio, é seu local de moradia, transporte e subsistência, sendo este um “ator social que estabelece interação e integração, mais complexas com outros homens, que produzem sua inventividade de acordo com o meio em que estão inseridos, pois, esse oferece elementos (floresta, solo, rio e furos)” (Batista; 2011; p.3).

Diante dos desafios os entrevistados foram perguntados sobre quais as motivações para continuar a jornada estudantil. Sobre a respostas, os alunos participantes do grupo focal foram unânimes em afirmar que os seus sonhos e metas estão intactos e preservados nas suas ideologias de vida futura, apesar de enfrentarem dificuldades no percurso desse processo educativo. Segundo a aluna 10:

Aqui na realidade ribeirinha a simples imaginação de uma faculdade já é algo muito grande pra todos nós, tanto que quando alguém é aprovado no listão é motivo de comemoração, por que você é ribeirinho, você conseguiu passar em uma faculdade dos seus sonhos, isso já é um motivo de grande alegria aqui pra nós, mas não são todos que tem essa mesma visão e vontade, alguns querem sair do ensino médio e trabalhar e outros tem objetivos de fazer um curso técnico (Aluno 10, 2024)

Ao serem questionados sobre qual o impacto formativo da educação escolar que recebem na ilha lhes assegura futuramente, a aluna 8 argumenta que:

O que a educação me proporcionou foi aprender a ler e escrever e fazer o básico da matemática, por que eu fiz o Enem esse ano, mas tudo o que eu estudei aqui na escola não caiu lá na prova, então eu acredito que o que a escola me proporcionou de estudo não foi o suficiente pra eu conseguir uma vaga na universidade, o que eu apliquei no Enem foi por meio dos estudos de outros lugares e da internet e em casa, a gente não tem cursinhos aqui igual na cidade (Entrevistado 8)

Ao analisar as falas dos jovens do Rio Quianduba, constata-se que eles atribuem múltiplos sentidos à escola, reconhecendo sua importância na formação acadêmica, na convivência social e na projeção de um futuro melhor. Nesse sentido, a educação tem sido um fator essencial na vida dos jovens do Rio Quianduba, impactando diretamente suas trajetórias e suas comunidades. Um exemplo disso é o fortalecimento da identidade cultural, pois, por meio da escola, os jovens têm aprendido a valorizar suas tradições e reconhecer a importância de sua história, o que foi confirmado por meio da afirmação de uma jovem estudante ao destacar seu interesse na formação profissional para o curso de Licenciatura em Educação no Campo, conforme destacou “Esse ano vai abrir o edital do curso de Educação no Campo do IFPA, eu quero fazer porque já vou formar e quero ainda voltar para cá como professora, ciente de nossas dificuldades, e quem sabe fazer diferente” (Entrevistada 6). Esta afirmação demonstra o quanto os jovens reconhecem as dificuldades pela continuidade de estudar, no entanto destacam o quanto isso pode ser benéfico para a comunidade local.

A partir dessa exposição outros relatos foram surgindo que reforçavam o quanto os jovens sentiam orgulho de pertencer e desejar que a comunidade em que vivem tenha melhores condições e isso pode ser percebido quando expressaram que sentem orgulho de serem ribeirinhos e viverem no campo e apontam que através da educação buscam voltar a comunidade com condições para agir diante das problemáticas citadas anteriormente. Assim observa-se que a educação não tem sentido apenas formativo, mas sim de emancipação humana.

Assim, a escolarização no Rio Quianduba é atravessada por desafios estruturais, mas também por motivações enraizadas na identidade e no desejo de superação. A juventude ribeirinha, mesmo diante da ausência de políticas adequadas, constrói sentido para sua trajetória educativa, afirmando a escola como espaço de conquista, de sonho e de construção de futuro. As barreiras existem, mas a esperança e a resistência se mostram maiores.

Os jovens do Rio Quianduba enfrentam diversas barreiras para frequentar a escola, sendo algumas das principais o transporte precário, a infraestrutura inadequada e as dificuldades econômicas. Entretanto, apesar das lutas há fatores que motivam os jovens a continuar estudando, como seus sonhos pessoais, o apoio familiar e a perspectiva de um futuro melhor. Muitos enxergam a educação como um caminho para alcançar seus objetivos profissionais e

melhorar suas condições de vida. Além disso, a escola é vista como um espaço de socialização e crescimento pessoal.

6. CONCLUSÃO

A escolarização dos jovens ribeirinhos da comunidade do Rio Quianduba está profundamente marcada por um histórico de lutas e resistências, tanto no plano coletivo quanto nas vivências cotidianas de cada estudante. A entrevista com a professora e ex-diretora da rede municipal, Marineide, revela um processo de construção da educação local pautado pela mobilização comunitária. Desde os tempos em que as aulas eram ministradas em um barracão improvisado até a atual escola de madeira com nove salas, auditório e espaço para merenda, houve um esforço contínuo para garantir o acesso à educação. Essa trajetória confirma o que Freire (1996) defende como educação libertadora: um processo que nasce do povo, é sustentado por ele e tem como meta o empoderamento social.

No entanto, mesmo com essas conquistas, os desafios enfrentados pelos estudantes ainda são inúmeros. A maior parte dos alunos entrevistados apontou dificuldades logísticas como o principal obstáculo à frequência escolar. O transporte fluvial, e as condições das marés dificultam o deslocamento, sobretudo em dias de chuva ou seca extrema. Além de dificuldades relativas a precariedade em parte da estrutura física da escola.

Apesar das adversidades, a motivação para continuar os estudos persiste. O principal fator de estímulo mencionado foi o desejo de transformação pessoal e comunitária. Muitos estudantes se veem como futuros profissionais da saúde e da educação, retornando à comunidade para contribuir com o seu desenvolvimento. Essa motivação encontra eco em Dayrell (2007), quando afirma que os jovens não são apenas vítimas da exclusão, mas sujeitos que constroem estratégias de permanência, reafirmando seu direito à educação e a um futuro digno.

No decorrer da pesquisa, fez-se menção a riqueza cultural e social do modo de vida ribeiro, mas também enfatizou que o acesso à educação neste espaço ainda perpassa por desafios, como transporte precário, infraestrutura inadequada, e dificuldades econômicas. Entretanto, mesmo diante desse cenário, os jovens encontram motivações para seguir estudando, impulsionados por seus sonhos pessoais, o apoio familiar e a busca por um futuro melhor.

Assim a escola, além de ser vista como um meio de ascensão social, também dialoga com as expectativas culturais e comunitárias desses estudantes, reforçando a ideia de que a educação precisa estar conectada à realidade dos sujeitos que a vivenciam. Além disso, a relação da juventude ribeirinha com a escola demonstra que a educação escolar tem o potencial de fortalecer identidades e contribuir para a valorização de saberes locais. Dessa forma, este estudo confirma que os sentidos da escolarização para essa juventude não estão apenas na aquisição do conhecimento acadêmico, mas na possibilidade de construir uma trajetória de pertencimento, participação ativa na comunidade e transformação social.

REFERENCIAS

ABRAMO, H. W. **Juventude e participação política: Um estudo sobre a construção do sujeito político**. São Paulo: Cortez, 1997.

ABREU, Maria da Conceição. **Comunidade e Tradição: Festas Juninas no Brasil**. São Paulo: Editora Cultura, 2014.

ALVES, Paula Trajano de Araújo; SILVA, Solonildo Almeida da; JUCÁ, Sandro César Silveira. **O percurso histórico do ensino médio brasileiro (1837-2017)**. Revista Contemporânea de Educação, v. 17, n. 39, mai./ago. 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20500/rce.v17i39.45994>>. Acesso em: 20 mar. 2025.

AMARAL, Luiz; TOUTONGE, Eliana; PEREIRA, Rosenildo. (2023). **Modos de Vida Margeados por Saberes e pela Cultura Rural-Ribeirinha na Comunidade do Pirocaba, Abaetetuba**, Pará. Revista FSA. 20. 77-100. 10.12819/2023.20.5.4.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1962.

ARROYO, Miguel. Educação e diversidade cultural. *Cadernos de Pesquisa*, n. 123, p. 157-172, 2004.

BANKS, James A. **An Introduction to Multicultural Education**. 4th ed. Boston: Allyn & Bacon, 2008.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Bookman; Artmed, 2009.

BATISTA, Sônia Socorro Miranda. **Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará**. [S.l.: s.n.], [2011?]. Disponível em: https://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_CULTURA_E_IDENTIDADE/CULTURA_RIBEIRINHA_A_VIDA_COTIDIANA_NA_ILHA_DO_COMBUPARA.pdf. Acesso em 11 de junho de 2025

BODART, Cristiano. **Juventudes e identidade: uma abordagem sociológica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 55-75, 2021.

BOLÍVAR BOTIA, A. “¿De nobis ipsis silemus?”: **epistemología de la investigación biográfica co-narrativa en educación**. Revista Electrónica de Investigación Educativa, México, v. 4, n. 1, 2002.

BOYD, Danah. **It's Complicated: The Social Lives of Networked Teens**. New Haven: Yale University Press, 2014.

BRANCO, Emerson et all. (2020). **Evasão escolar: desafios para permanência dos estudantes na educação básica**. Revista Contemporânea de Educação. 15. 133-155. 10.20500/rce.v15i34.34781.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 13-26.

BRASIL. **Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010**. Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL; dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão; altera o Anexo II ao

Decreto nº 6.188, de 17 de agosto de 2007; altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.948, de 25 de agosto de 2009; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 maio 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7175.htm>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O Programa Saúde da Família (PSF)**. Disponível em: <<https://portalidea.com.br/cursos/programa-sade-da-familia-apostila01.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Banda Larga (PNBL)**. Decreto nº 7.175/2010. Disponível em: <<https://www.gov.br/anatel/pt-br/regulado/universalizacao/plano-nacional-de-banda-larga>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO**. *Diário Oficial da União*, 04 fev. 2013. Disponível em: <https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/port_86_01022013.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Decreto nº 3.991, de 2001. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

BRASIL, **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir diretrizes para o ensino médio, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2024. Disponível em: [Planalto.gov.br](https://www.planalto.gov.br). Acesso em: 10 jun. 2025

BRONFENBRENNER, Urie. **The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

BROWN, B. Bradford. **Adolescents' Relationships with Peers**. In: LERNER, Richard M.; STEINBERG, Laurence (Ed.). **Handbook of Adolescent Psychology**. 2nd ed. Hoboken: Wiley, 2004. p. 363-394.

BRUNO, Poliana; BEZERRA, Rita De Cassia. (2020). **Memórias ribeirinhas: uma proposta para trabalhar a leitura, escrita e oralidade na turma do 7º ano do ensino fundamental da Escola Estadual Corinto Borges Façanha** 10.29327/cicloeduca.227830. III Simpósio Nacional de Pesquisa em Educação do Doutorado Interinstitucional em Educação – UERJ/UEA; II Ciclo Nacional de Debates Interdisciplinares - CEST/UEA; III Seminário EDUCA; I Mostra da Residência Pedagógica de Tefé; I Mostra Interdisciplinar de Estágio do CEST/UEA; VI Semana da Pedagogia e PIBID-CEST/UEA

BUAINAIN, Antonio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. **Juventude rural: desafios e oportunidades**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 123-138, 2017.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais que escola**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CALDART, Roseli. **Educação do campo e pesquisa: desafios para uma educação emancipadora**. Educação & Realidade, v. 29, n. 1, p. 141-158, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 2009.

COSTA, Eliane Miranda. **Escolas ribeirinhas e seus desafios: faces da educação do campo na Amazônia Marajoara**. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 110-125, jul./set. 2021. DOI: 10.12957/teias.2021.51951.

COSTA, Crisolita Gonçalves dos Santos. **O sentido da escola para os jovens do ensino médio : um estudo na Escola Enedina Sampaio Melo**; orientador Gilmar Pereira da Silva. – Belém, 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

CREPALDE, Rodrigo dos Santos et all. **A Integração de Saberes e as Marcas dos Conhecimentos Tradicionais: Reconhecer para Afirmar Trocas Interculturais no Ensino de Ciências**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 19, p. 275-297, 2019. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2019u275297.

DA FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. Revista Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-91, maio/ago. 2009. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000100003>

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DOS SANTOS, A. S. Condições das juventudes rurais na contemporaneidade: Da migração às políticas públicas. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. 54–74, 2020. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/3320>. Acesso em: 24 fev. 2025.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. DE .. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201–215, maio 2009.

ERIKSON, Erik H. **Identity: Youth and crisis**. New York: Norton, 1968.

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares; BARCELLOS, Sérgio Botton. **Condição Ecológica Juvenil: nexos e relações entre a juventude rural e urbana e a educação ambiental e popular**. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82408>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FERREIRA, Samuel Crissandro Tavares; BARCELLOS, Sérgio Botton. **Condição Ecológica Juvenil: nexos e relações entre a juventude rural e urbana e a educação ambiental e popular.** Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82408>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

FERRETTI, Celso João. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação.** In: Estudos Avançados, v. 32, n. 93, p. 25-42, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GEMAQUE, Maria de Nazaré Marques; LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação ribeirinha: sonhos e perspectivas dos estudantes da comunidade de São João dos Ramos.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 2023, Online. Anais [...]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD4_ID17798_TB4884_21092023221726.pdf. Acesso em: [coloque a data de acesso].

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROPO, Luiz Antonio. **Juventude e movimento estudantil: Experiências e desafios.** Campinas: Autores Associados, 2010.

GROPPO, Luís Antonio. **Dialética das juventudes modernas e contemporâneas.** Educação Cogeime, Belo Horizonte, ano 13, n. 25, 2004.

GUIMARÃES, Reinaldo. **Juventude rural e movimentos sociais.** Cadernos de Debate, v. 8, n. 15, p. 87-103, 2009.

GUIMARÃES, Reinaldo. **Juventude rural e movimentos sociais.** Cadernos de Debate, v. 8, n. 15, p. 87-103, 2009.

HAGE, Salomão. **Educação ribeirinha: resistência e emancipação.** Revista de Educação do Campo, v. 5, n. 1, p. 89-101, 2005.

HAGE, Salomão Antônio Mafarrej; CRUZ, Carlos Renilton. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento.** RAF, V11, nº 01, Belém-Pará, 2017, p. 178 e 181. Disponível <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/viewFile/4684/4312>. Acesso em 11 de junho 2025.

HALL, Stuart. **“The work of representation”.** In: HALL, Stuart (org.) Representation. Cultural representation and cultural signifying practices. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.

HEBDIGE, Dick. **Subculture. The Meaning of Style.** London: New Fetter Lane; New York: Methuen & Co Ltd., 1979.

LEITE, Fernanda Moreira et al. **O sentido da escola: concepções de estudantes adolescentes.** Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 339-348, maio/ago. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/B7NjXy9PnppzZr9kDBZMGtP/?format=pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

LIMA, Maria de Nazaré Teles de. **Educação ribeirinha: desafios e perspectivas**. Revista Fesa Interáreas Científicas Em Educação, Sociedade e Cultura. Periódico Multidisciplinar da Facility Express Soluções Acadêmicas - ISSN: 2676-0428

LIMA, Rodrigo Tobias de Sousa. **Estratégias para o Desenvolvimento de Ações em Saúde na População Ribeirinha**. Curso de Atenção à Saúde da População Ribeirinha. 1 Doutor em Saúde Pública e pesquisador do Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia do Instituto Leônidas e Maria Deane, Fiocruz Amazonas. Disponível em: <https://profsaude-abrasco.fiocruz.br/sites/default/files/publicacoes/e-book_unidade_estrategias_final_isbn.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MAGALHÃES, Marcello. Pós-Graduação em Engenharia de Tráfego e Segurança Viária. **Políticas Pública e Legislação Aplicada. Conceitos e Definições de Política Pública**. Disponível em: <https://ead.cursodereciclagemonline.com.br/files/course_workbook/filename/366/Aula%202%20Conceitos%20e%20Defini%C3%A7%C3%B5es%20de%20Pol%C3%ADtica%20P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2025.

NERI, Marcelo Cortes. **Juventude e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ONU. **World Youth Report**. New York: United Nations, 1985.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criativa**. Petrópolis. Vozes, Rio de Janeiro, 1996.

PARAENSE, Djailson de Sousa; SANTOS, Raí Cardoso dos; SOARES, Lucas Pereira. **Proposta de atlas geográfico escolar sobre o município de Abaetetuba-PA**. In: XX Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2024. Anais [...]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/sbgfa/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV2_06_MD4_ID397_TB12_05122024231336.pdf. Acesso em: 06 abr. 2025.

PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, César Nunes de. **Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil**. Disponível em: [BRUA21_Ensaio5.pdf](#) Acesso em 24 de fev. de 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares; EVANGELISTA, Neima Alice Menezes; MORADILLO, Edilson Fortuna de. **A reforma do “Novo Ensino Médio”: uma interpretação para o ensino de ciências com base na Pedagogia Histórico-Crítica**. Revista Debates em Educação | Maceió | Vol. 12 | Nº. 26 | Jan./Abr. | DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n26p242-260

REI, Pamela Ebstyn; ROESER, Robert W. **Religião e espiritualidade no desenvolvimento do adolescente**. In: _____. *Bases individuais do desenvolvimento do adolescente: domínios do desenvolvimento individual na adolescência*. Volume 1. 1. ed. [S.l.]: [Editora], 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9780470479193.adlpsy001014>. Acesso em 11 de junho de 2025.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Ana Paula Souza. **Sucessão familiar no meio rural: uma abordagem teórica.** Rio Verde, 2017. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação) – Universidade de Rio Verde – UniRV, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017. Orientador: Prof. Esp. Leonardo Antônio Rodrigues. Disponível em: [https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/SUCCESS%c3%83O%20FAMILIAR%20N O%20MEIO%20RURAL%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%c3%93RICA\(2\).pdf](https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/SUCCESS%c3%83O%20FAMILIAR%20N O%20MEIO%20RURAL%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%c3%93RICA(2).pdf). Acesso em: 10 jun. 2025.

RODRIGUES, Marinês de Maria Ribeiro. **Práticas educativas e saberes ambientais em ações do movimento dos ribeirinhos das ilhas de Abaetetuba e sua relação com a sustentabilidade dos recursos naturais na Ilha Quianduba.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016. Disponível em: https://propep.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/09/marines_de_maria_ribeiro_rodrigues.pdf. Acesso em: 18 de junho de 2025..

SANTOS, Rulian Rocha dos. Breve histórico do ensino médio no Brasil. In: Seminário Cultura E Política Na Primeira República: Campanha Civilista Na Bahia, 2010, Ilhéus. Anais [...]. Ilhéus: UESC, 2010. Disponível em: http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/breve_historico_do_ensino_medio_no_brasil.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

SILVA, Aline Fernanda Pereira da et al.. **O acesso à saúde em comunidade ribeirinhas: uma revisão de literatura de 2010 à 2023.** In: Anais do EGEAPA - da origem ao futuro dos Povos Tradicionais: implicações para a pesquisa em saúde coletiva. Anais...Belém(PA) UEPA, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/iii-egeapa-368856/743685-O-ACESSO-A-SAUDE-EM-COMUNIDADE-RIBEIRINHAS--UMA-REVISAO-DE-LITERATURA-DE-2010-A-2023>. Acesso em: 24/02/2025

SILVA, Déborah Bezerra Galvão da. ANDRADE, Thamires Priscila Silva de. **Trabalho infantil e o aumento da evasão escolar no brasil no contexto da pandemia de covid-19.** 2023. 91 p. Trabalho de conclusão de curso — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

SILVA, Edinael; FARIAS, Geovani; ALVES, Odair. (2016). As políticas públicas e seus reflexos no modo de vida Ribeirinho na comunidade menino deus em Portel (PA). Revista Cerrados. 14. 161. 10.22238/rc24482692v14n22016p161a183.

SOUZA, Ligiana Lourenço de et all. O debate em torno da sustentabilidade: desenvolvimento rural sustentável – Revisão de literatura/The debate around sustainability: sustainable rural development. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 96305–96322, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n12-209. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/21300>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SOUZA, Raquel Castilho; ANDRADE, Karylleila dos Santos; MARTINS, Adriana dos Reis. **Produção de material didático como estratégia para integrar saberes indígenas e contemporâneos na educação bilíngue.** Universidade Federal do Tocantins (UFT). Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/9611>>. Acesso em: 24 fev. 2025.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1968.

TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004**. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. **Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 2, p. 278-294, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 fev. 2025.

TRANCOSO, Paulo; OLIVEIRA, Maria José de. **Juventude e globalização: Desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

UNESCO. **Youth and COVID-19: Impacts on jobs, education, rights and mental well-being**. Paris: UNESCO, 2020.

UNESCO. **Youth and COVID-19: Impacts on jobs, education, rights and mental well-being**. Paris: UNESCO, 2020.

VILLELA, Fábio Fernandes; COSTA, Fabiano da Silva. **Os caipiras e suas representações: estudo sobre o preconceito contra a origem geográfica e de lugar em jovens de escolas de meio rural para a formação de professores em educação do campo**. UNESP/S. J. Rio Preto. PROPRI/UNESP. PROEX/UNESP. Disponível em: <fvillela@ibilce.unesp.br>. Acesso em: 24 fev. 2025.

WEISHEIMER, Nilson. **Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais**. Desidades, Rio de Janeiro, v.1, p.22-27, 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S231892822013000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 fev. 2025.

ANEXOS

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

1. O papel da educação no Rio Quianduba: a visão e perspectivas da juventude local:
2. O que a escola significa para vocês, um lugar de aprendizado acadêmico ou algo mais?
3. Vocês sentem que a escola ajuda a entender e valorizar a cultura ribeirinha?
4. Quais são os maiores desafios que vocês enfrentam para frequentar a escola? Quais as motivações para continuar essa jornada?
5. Como vocês acham que a escola poderia melhorar no atendimento às necessidades de vocês como jovens ribeirinhos?
6. Quais aspectos da identidade como jovens ribeirinhos vocês gostariam de ver mais reconhecido na escola?
7. Como vocês imaginam o impacto da educação no futuro de vocês?

REGISTRO DE UMA DAS ENTREVISTA SOBRE A ESCOLA, COM A DONA MARINEIDE

Pergunta norteadora: Relatar sobre a história da escola, como surgiu e as dificuldades.

Em meio a muitas dificuldades que o ser ribeirinho abarca a educação sempre foi motivo de lutas constantes, antigamente os estudos aqui iam de primeira a quarta série, eu dava aula em um barracão cedido por um morador aqui da ilha, mas depois começou a ter uma grande demanda de turmas e aquele lugar se tornou pequeno para nós. Foi necessário pedir a ajuda da Igreja Cristã Evangélica do Rio Quianduba, para ceder uma sala para que eu ministrasse as aulas nesse recinto, nesse período os moradores pediram pra que eu fizesse um ofício solicitando que a oferta de turmas fosse ampliada para 5º a 8º série, nós fizemos muitas e muitas viagens para Seduc de Belém, até que conseguimos!

Com a demanda das turmas fizemos puxadinho de madeira coberto de palha pra poder suprir as demandas das salas de aula. Até que um dia o Prefeito Chico Narrina veio na igreja e verificou a situação que nós estávamos, e eu chamei todas as pessoas que trabalhavam nas olarias do Rio Quianduba pra fazermos uma reunião com a pessoa do prefeito, foi um sucesso na comunidade, eu propus que fizessemos parceria com a prefeitura, os oleiros e moradores da ilha doeram telhas, mais de 3 milheiros de telas para a obra e a prefeitura daria o restante para a construção de uma escola para a nossa comunidade, a escola Dionísio Hage, e nós passamos pra lá.

Quando conseguimos a modalidade do ensino médio foi na categoria de Some, mas depois redigimos um documento solicitando o ensino médio regular na ilha, e foi liberado. Hoje temos uma vitória, o ensino médio e ensino fundamental regular. Foram anos de aprendizado e experiências maravilhosas, durante essa época, até o ano de 2021 que me sucedeu a direção, a escola Dionísio (escola municipal) cedia seu espaço físico com a rede estadual (ensino médio e fundamental) mas essa parceria não existe mais nos dias de hoje, e eu tive que fazer mais uma mobilização com a população para que pudéssemos fazer uma escola de madeira para a nossa juventude, e assim nós estamos hoje, nessa escola de madeira com nove salas, um auditório um espaço para a merenda, uma cozinha e dois banheiros e nós estamos trabalhando até hoje dessa forma (Gestora Marineide Lobato, 2024)

